

Sumário

Número de notícias: 41 | Número de veículos: 13

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Planalto consulta Judiciário e Legislativo sobre aumento de 5% para servidores..... 4

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
SEGURIDADE SOCIAL

BB tem lucro recorde de R\$ 6,6 bilhões no 1º trimestre..... 6

G1 - NACIONAL - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL

Brasil endividado: após liberação da 1ª parcela do 13º do INSS, mais 37 mil idosos negociaram débitos..... 7

O GLOBO - RJ - POLÍTICA
SERVIDOR PÚBLICO

Planalto impõe sigilo sobre servidores alocados em gabinete presidencial no Rio..... 8

FOLHA DE S. PAULO - SP - OPINIÃO
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Intervenção sem foco (Editorial)..... 9

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

A Petrobras e a cólera de Bolsonaro - CELSO MING..... 10

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Sachsida quer mudar modelo de leilão do pré-sal que privilegia a Petrobras..... 12

O GLOBO - RJ - OPINIÃO
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Planalto quer uma Petrobras igual à estatal venezuelana (Editorial)..... 13

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Ajuste, crescimento e desigualdade - CRISTIANO ROMERO..... 14

VALOR ECONÔMICO - SP - EMPRESAS
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Na Qualicorp, reajuste de planos deve ir a 20%..... 15

CORREIO BRAZILIENSE - DF - CAPA
ECONOMIA

Inflação se dissemina e passa de 12% ao ano..... 16

CORREIO BRAZILIENSE - DF - POLÍTICA
ECONOMIA

Meta de privatizar a Petrobras..... 17

CORREIO BRAZILIENSE - DF - POLÍTICA
ECONOMIA

Bolsonaro, enfim, fala a ucranianos..... 19

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA
ECONOMIA

Inflação é a maior em 26 anos e se espalha..... 20

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA
ECONOMIA

Impacto entre os mais pobres 23

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA
ECONOMIA

Gol e Avianca unem forças e criam maior grupo aéreo da AL 24

CORREIO BRAZILIENSE - DF - OPINIÃO
ECONOMIA

A pesada faturadas crises no país (Editorial) 26

ESTADO DE MINAS - BELO HORIZONTE - MG - OPINIÃO
ECONOMIA

A fatura das crises (Editorial) 27

ESTADO DE MINAS - BELO HORIZONTE - MG - ECONOMIA
ECONOMIA

Inflação em abril é a maior para o mês desde 1996 28

ESTADO DE MINAS - BELO HORIZONTE - MG - ECONOMIA
ECONOMIA

Bolsonaro minimiza aumentos de preços 31

FOLHA DE S. PAULO - SP - OPINIÃO
ECONOMIA

Bolsos e mentes (Editorial) 32

FOLHA DE S. PAULO - SP - POLÍTICA
ECONOMIA

Militares escapam de aperto salarial na gestão de Bolsonaro 33

FOLHA DE S. PAULO - SP - POLÍTICA
ECONOMIA

Manifesto alarmista debaixo de fuzil - CONRADO HÜBNER MENDES 36

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
ECONOMIA

Ministro de Minas e Energia cai dois dias após reajuste no preço do diesel 38

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
ECONOMIA

Bolsonaro insinua guerra civil - VINICIUS TORRES FREIRE 40

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
ECONOMIA

IPCA vai a 1,06% em abril, maior índice para o mês desde 1996 41

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
ECONOMIA

Brasil registra a 3º inflação mais alta das Américas e a 4º no G20 44

FOLHA DE S. PAULO - SP - MUNDO
ECONOMIA

UE anuncia fim da exigência de máscaras em aviões e aeroportos 46

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
ECONOMIA

Governo zera imposto de importação de carnes, trigo, bolacha e vergalhões 47

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
ECONOMIA

Lula diz que não haverá teto de gasto se vencer 49

Quinta-Feira, 12 de Maio de 2022

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
ECONOMIA

Lucro do Banco do Brasil aumenta 35% e soma R\$ 6,6 bi no 1º trimestre..... 50

FOLHA DE S. PAULO - SP - ILUSTRADA
ECONOMIA

Lula-lá do Bolsonaro - FLÁVIA BOGGIO..... 51

FOLHA DE S. PAULO - SP - FOLHA MAIS
ECONOMIA

Desigualdade e exclusão social nas grandes cidades podem inviabilizar desenvolvimento
(Artigo)
..... 52

O ESTADO DE S. PAULO - NOTAS E INFORMAÇÕES
ECONOMIA

É crucial voltar a investir no País (Editorial)..... 54

O ESTADO DE S. PAULO - POLÍTICA
ECONOMIA

Custo eleitoral da inflação faz Bolsonaro demitir ministro de Minas e Energia..... 55

O ESTADO DE S. PAULO - POLÍTICA
ECONOMIA

PSDB, MDB e Cidadania afirmam que pesquisas vão definir candidato único..... 57

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
ECONOMIA

Otimismo num cenário incerto (Editorial)..... 59

O ESTADO DE S. PAULO - .EDU
ECONOMIA

Sem estímulo, continuará difícil formar cientistas no País..... 60

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
ECONOMIA

'Aumento da fome no Brasil é inadmissível'..... 61

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
ECONOMIA

Inflação em 12 meses segue persistentemente acima de dois dígitos..... 62

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA
ECONOMIA

O preço a ser pago pelo desespero bolsonarista - MARIA CRISTINA FERNANDES..... 63

Planalto consulta Judiciário e Legislativo sobre aumento de 5% para servidores

Marianna Holanda e Renato Machado

O Palácio do Planalto encaminhou ofício para as cúpulas do Legislativo e do Judiciário questionando se há interesse em oferecer para seus servidores o reajuste linear de 5% a partir de julho, qual seria o impacto desse aumento e se teriam condições para fazer o remanejamento internamente para cobrir o valor necessário.

Em resposta, eles afirmam ao Planalto que seria possível conceder o reajuste e apontam ao Executivo algumas possibilidades de remanejamento como forma de cumprir o teto de gastos (que impede o crescimento real das despesas federais).

O governo do presidente Jair Bolsonaro (PL) decidiu no mês passado conceder reajuste linear de 5% para todos os **servidores públicos** federais, mesmo sem espaço suficiente no Orçamento.

O objetivo é amenizar as críticas e paralisações nas categorias, descontentamento que cresceu com as promessas feitas pelo chefe do Executivo aos profissionais de segurança pública.

Nos últimos dias, foram encaminhados os ofícios para as cúpulas dos demais Poderes e alguns órgãos (como Defensoria Pública da União, Tribunal de Contas da União, entre outros) questionando o interesse e as condições orçamentárias.

A Folha obteve algumas dessas respostas, nas quais os representantes dos Poderes e órgãos se manifestam positiva mente aos questionamentos.

O Senado Federal, por exemplo, estima que o reajuste de 5% terá um impacto neste ano de R\$ 89,8 milhões, com o novo valor sendo concedido a partir de julho, seguindo a proposta do governo federal. A análise é que, ao ano, seriam necessários R\$ 165,3 milhões.

Em relação a este ano, o Senado indicou que tem como realizar remanejamentos para compensar internamente. A resposta, assinada pela diretora-geral do Senado, Iliana Trombka, afirma que a "suplementação das programações de pessoal de despesas poderá ser custeada pelo cancelamento de dotações do próprio Senado Federal".

A Casa legislativa então aponta a possibilidade de cancelar uma ação, que envolve ativos civis da União, contribuição para custeio do regime de previdência, entre outras medidas, o que resultaria na disponibilização de R\$ 94,9 milhões.

"Informamos que o cancelamento ora proposto não traz prejuízo à execução da programação, uma vez que há expectativa de sobra orçamentária superior ao montante a ser reduzido", afirma o ofício.

O presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), assina ele próprio o ofício encaminhado ao Palácio do Planalto, manifestando o interesse em conceder o reajuste proposto aos seus servidores. Acrescenta que o orçamento da Casa legislativa destinado para despesas com pessoal e encargos sociais neste ano comporta o impacto do aumento.

"No intuito de melhor adequar o orçamento deste órgão à distribuição da despesa, faz-se necessário mandar proceder ao remanejamento do valor de R\$ 19 milhões, da ação orçamentária Ativos Civis da União para a ação orçamentária Aposentadorias e Pensões Civis da União", afirma o deputado.

A resposta encaminhada pelo STF (Supremo Tribunal Federal) aponta que o reajuste linear de 5% para todos os servidores do Judiciário terá um impacto de R\$ 827,9 milhões neste ano, com peso maior sobre a Justiça do Trabalho e a Justiça Federal.

O ofício assinado pelo ministro Luiz Fux apresenta uma lista com opções de cortes em outras áreas, de forma a cobrir o impacto do aumento para os servidores do Judiciário.

O STF, por exemplo, estima que o reajuste terá um impacto de R\$ 8,4 milhões. No entanto, o ofício indica que será possível cobrir esse montante com remanejamento de recursos com despesa de pessoal e de despesas discricionárias.

A concessão de reajuste para o funcionalismo público se tornou uma das principais dores de cabeça da equipe do ministro Paulo Guedes (Economia).

A pedido de Jair Bolsonaro, o Orçamento aprovado no Congresso Nacional reservava R\$ 1,7 bilhão para reajuste salarial a profissionais da área de segurança

pública, um dos principais pilares do presidente da República na sociedade -Bolsonaro deverá concorrer à reeleição em outubro.

A concessão feita aos policiais desencadeou uma série de reclamações nas demais categorias do funcionalismo público, desde o final do ano passado. Algumas categorias, como os servidores do Banco Central, pararam as suas atividades.

Também fazem mobilização os auditores da **Receita Federal**, que anunciaram no mês passado que seu movimento resultou em um prejuízo de R\$ 9 bilhões para o governo com arrecadação.

Em abril, após muita pressão, o governo federal então decidiu conceder o reajuste linear de 5% para todas as categorias.

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49909&anchor=6455809&pd=f2caa4f3dddec3a4089a134bc58240f8>

BB tem lucro recorde de R\$ 6,6 bilhões no 1º trimestre

MATHEUS PIOVESANA

O Banco do Brasil teve lucro líquido recorrente recorde de R\$ 6,61 bilhões no primeiro trimestre de 2022, com expansão de 34,6% em relação ao mesmo período do ano passado. O resultado veio 18,5% acima da média das expectativas captadas no mercado pelo serviço Prévias Broadcast.

De acordo com o banco, o crescimento da carteira de crédito e também das receitas com serviços levou ao resultado, que é o maior para um trimestre de toda a série histórica.

O BB teve o maior aumento anual no lucro entre os quatro maiores bancos brasileiros listados na B3, à frente de Santander, Itaú e Bradesco.

O presidente do Banco do Brasil, Fausto Ribeiro, disse em nota à imprensa que o banco deve fechar o ano com lucro líquido próximo do teto das estimativas anunciadas pelo banco ao mercado - que apontou ganhos entre R\$ 23 bilhões e R\$ 26 bilhões em 2022.

CRÉDITO. Ao fim de março, a carteira do banco público era de R\$ 883,5 bilhões, saldo 16,4% maior do que o registrado no mesmo mês de 2021, e 1% acima de dezembro. Houve crescimento em todos os segmentos, com destaque para o agronegócio, que cresceu 28,3% em um ano - e o BB é líder nesse mercado.

Para Ribeiro, nos próximos trimestres, a carteira de crédito da instituição continuará crescendo de forma sustentável e com um mix mais rentável. "O crédito consignado permanece em nosso foco, tanto que, além de explorar nossa fortaleza nesse negócio com funcionários públicos, estamos ampliando os negócios com beneficiários do **INSS** trabalhadores da iniciativa privada", afirmou.

O índice de inadimplência do banco teve leve queda no período, para um total de 1,89% de atrasos superiores a 90 dias, o menor índice entre os grandes bancos nacionais.

No fim do primeiro trimestre, o BB tinha R\$ 2,037 trilhões em ativos, um aumento 11,4% em relação ao mesmo período do ano passado.

A variação é atribuída à alta nos ativos financeiros, em especial títulos e valores mobiliários.

O patrimônio líquido do banco ficou em R\$ 153 bilhões, alta de 10,7% em um ano.

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Brasil endividado: após liberação da 1ª parcela do 13º do INSS, mais 37 mil idosos negociaram débitos

Por Aline Macedo, g1

Desde o dia 25 de abril, data em que começou a ser liberado o adiantamento da primeira parcela do 13º salário para aposentados e pensionistas, mais de 37 mil pessoas em todo o país com mais de 60 anos realizaram acordo de dívidas, segundo a plataforma Serasa Limpa Nome.

Uma pesquisa feita em março pela Serasa aponta que 35% das pessoas que têm previsão receber uma renda extra possuem a intenção de utilizar o valor para o pagamento de dívidas, afirma o gerente da entidade, Thiago Ramos.

Famílias brasileiras endividadas bateram novo recorde em abril

Puxado pelo maior uso do cartão de crédito, o número de brasileiros endividados bateu novo recorde em abril: 77,7% das famílias brasileiras fecharam o mês com alguma dívida, contra 77,5% em março, segundo levantamento divulgado na segunda-feira (2) pela Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC).

Na comparação com abril do ano passado, quando a parcela de endividados correspondia a 67,5% do total, o salto foi de 10,2 pontos percentuais.

Veja calendário de pagamento de benefícios do **INSS**

A inadimplência também atingiu nova máxima histórica. A proporção de famílias com dívidas ou contas em atraso passou de 27,8% em março para 28,6% em abril. Em 1 ano, o salto foi de 4,3 pontos percentuais.

A série histórica do levantamento começou em 2010.

Já a fatia de famílias que declarou não ter condições de pagar suas contas ou dívidas em atraso e, portanto, permanecerá inadimplente, chegou a 10,9%, contra 10,8% em março e 10,4% há 1 ano. Trata-se do maior patamar desde dezembro de 2020.

Na avaliação da CNC, a tendência é que o

endividamento se mantenha em alta diante da **inflação** nas alturas e dos juros de mercado mais elevados.

A **inflação** alta, persistente e disseminada mantém a necessidade de crédito para recomposição da renda, fazendo com que as famílias encontrem nos recursos de terceiros uma saída para a manutenção do nível de consumo, afirma o presidente da CNC, José Roberto Tadros.

Dívidas mais comuns

O endividamento no cartão de crédito foi a única modalidade que apresentou aumento em abril, representando 88,8% de famílias com dívidas e revelando que o endividamento está ocorrendo essencialmente no consumo de curto prazo.

Carnês de lojas (18,2%) e o financiamento automotivo (11,2%) foram os outros destaques nas participações no endividamento. Na sequência, aparece o crédito pessoal (9,4%) e o financiamento de casa (8,3%).

A proporção de famílias com contas ou dívidas em atraso aumentou principalmente entre os mais pobres, segundo os dados da CNC.

"Os orçamentos mais acirrados têm levado mais famílias a atrasarem o pagamento de contas e dívidas e usarem mais o cartão de crédito, que é a modalidade de dívida para o consumo de curto prazo", afirma Izis Ferreira, economista responsável pela pesquisa.

Site:

<https://g1.globo.com/economia/noticia/2022/05/12/brasil-endividado-apos-liberacao-da-1a-parcela-do-13o-do-inss-mais-37-mil-idosos-negociaram-debitos.ghtml>

Planalto impõe sigilo sobre servidores alocados em gabinete presidencial no Rio

PATRIK CAMPOREZ
patrik.camporez@bsb.oglobo.com.br BRASÍLIA

Veja a matéria no site de origem:

<https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Intervenção sem foco (Editorial)

Com lucros em alta, as estatais despertam cobiça política. Se há menos espaço hoje para o clientelismo mais grosseiro, graças a barreiras institucionais recentes, o governo Jair Bolsonaro (PL) e seus apoiadores no Congresso, com os olhos nas eleições, mostram disposição de intervir nas empresas.

Os resultados de Petrobras, Eletrobras, Banco do Brasil, BNDES, Caixa Econômica Federal e Correios no ano passado renderam dividendos de R\$ 46 bilhões ao Tesouro Nacional, como noticiou o jornal Valor Econômico. Por representar a maior fatia dos recursos, a petroleira é o foco de atenção.

A companhia já trocou de comando duas vezes porque Bolsonaro precisava demonstrar incômodo com o reajuste dos combustíveis. Nesta quarta (11) caiu o ministro de Minas e Energia, por motivos ainda não devidamente esmiuçados.

O mandatário também atacou publicamente o lucro gigantesco da estatal, de R\$ 44,5 bilhões apenas no primeiro trimestre. No período, foram aprovados R\$ 48,5 bilhões em dividendos (a União tem 37% do capital) e pagos R\$ 69,9 bilhões em **impostos** e royalties.

A alta nas cotações do petróleo é parte da explicação para os resultados. Como a Petrobras segue, com defasagens, a referência dos preços internacionais, a lucratividade sobe em momentos com o atual.

Mas há outros fatores cruciais, que tendem a ser desconsiderados no discurso político: a empresa só tem gerado tais retornos depois de anos de saneamento financeiro.

O pagamento de dívidas excessivas decorrentes de projetos perdulários, ajustes na folha de pagamento e disciplina no uso do dinheiro em empreendimentos rentáveis de extração também estão por trás do desempenho.

Longe de se tratar de um estupro, como classificou Bolsonaro em sua retórica abrutalhada, os lucros são testemunho de uma gestão responsável que contribui para o país e o governo na forma de dividendos, **impostos** e royalties.

Os recursos proporcionam mais espaço no Orçamento. Mesmo na vigência do teto para os gastos federais, podem ser usados para abater dívida e com isso reduzir os juros, o que ao longo do tempo também

resulta em ganho de bem-estar.

Ilusão é imaginar que seja virtuoso utilizar uma empresa listada em Bolsa para fazer política pública, de boa qualidade ou não, sem ressarcimento por parte do Tesouro. O que o governo não tem são bons planos para o dinheiro público.

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49909>

A Petrobras e a cólera de Bolsonaro - CELSO MING

CELSO MING

Alguém ainda leva a sério a indignação do presidente Jair Bolsonaro com o critério de preços adotado pela Petrobras? A Bolsa e o mercado financeiro começam a ignorar.

Já foram sacrificados três bodes expiatórios por conta desse teatro: dois presidentes da Petrobras, Roberto Castello Branco e Joaquim Silva e Luna e, agora, o ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque.

O maior indício de que Bolsonaro apenas finge indignação é o fato de que seus ministros não o acompanham nesse jogo. Alguém já ouviu alguma declaração do ministro Paulo Guedes que endosse as declarações de Bolsonaro de que "o lucro da Petrobras é um estupro"? Nem tampouco Bento Albuquerque tocou a mesma partitura. Tanto não tocou, que está demitido.

Há fortes razões para acreditar que o governo Bolsonaro está satisfeito com os benefícios que obtém da política de paridade internacional de preços.

Os polpudos dividendos, royalties e receita com **impostos** pagos pela Petrobras são diretamente proporcionais aos preços praticados por ela. Desde 2019 foram nada menos que R\$ 447 bilhões que proporcionaram grande alívio ao caixa do Tesouro.

Se a indignação de Bolsonaro fosse sincera, teria nomeado para a Petrobras presidentes comprometidos com o controle de preços e teria usado os recursos pagos pela companhia para pagar subsídios aos caminhoneiros e consumidores de gasolina.

Bolsonaro finge que é vítima da Petrobras porque não quer a vinculação da alta de preços dos combustíveis com sua campanha eleitoral.

O pré-candidato do PT à Presidência da República, Luiz Inácio Lula da Silva, nesse particular, pensa igualzinho a Bolsonaro.

Não chega a dizer, como ele, que "o lucro da Petrobras é crime", mas tem afirmado que, se eleito, "abrasileirará os preços da Petrobras", embora não diga como.

Qualquer outro critério que viesse a ser adotado implicaria não só artificializar a política de preços dos combustíveis, como, também, afastaria os investidores nas cinco refinarias, que têm de ser vendidas por imposição do Cade.

Um controle de preços dos combustíveis, como querem Bolsonaro e Lula, produziria distorções.

A mais importante delas seria o praticamente inevitável certo desabastecimento, uma vez que cerca de 20% dos combustíveis, especialmente o diesel, são importados a cotações do mercado internacional.

O atraso dos preços internos calculados nesta quarta-feira é de 17% para a gasolina e de 13% para o diesel, como mostra o gráfico. Por isso, vêm aí mais reajustes. Quantas cabeças ainda terão de rolar para dar conta da cólera do presidente Bolsonaro?

Notícias Relacionadas:

O LIBERAL - BELÉM - PA
A Petrobras e a cólera de Bolsonaro

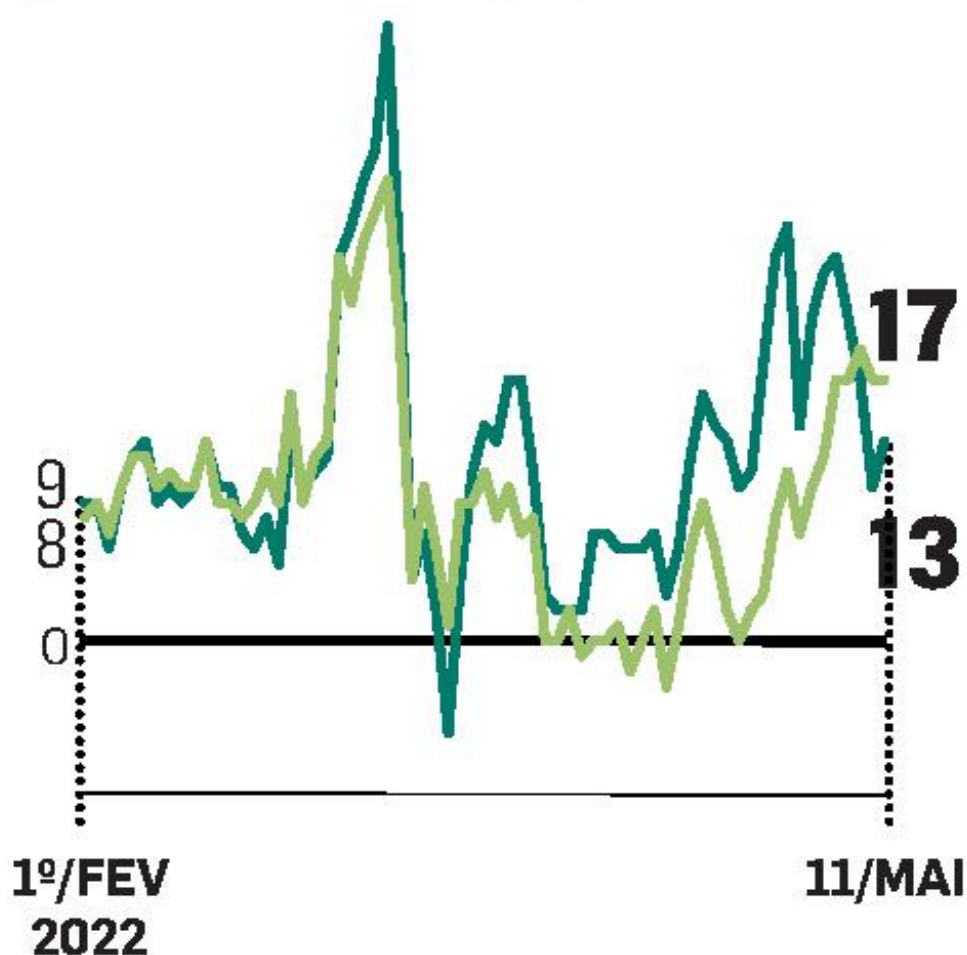
Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

COMBUSTÍVEIS

DIFERENÇA MÉDIA ENTRE PREÇO DE IMPORTAÇÃO E DE VENDA NAS REFINARIAS*, EM PORCENTAGEM

■ DIESEL

■ GASOLINA



*PREÇO PRATICADO NO GOLFO DO MÉXICO

FONTE: ABICOM / INFOGRÁFICO: ESTADÃO

Sachsida quer mudar modelo de leilão do pré-sal que privilegia a Petrobras



ADRIANA FERNANDES

À frente do Ministério de Minas e Energia, o economista Adolfo Sachsida trabalhará para, nos leilões do pré-sal, trocar o regime de partilha pelo de concessões. Na partilha, a taxa paga aos cofres públicos pela exploração das áreas tem valor fixo, e vence a oferta de maior participação para a União no petróleo a ser descoberto ao longo dos anos. A Petrobras tem direito de preferência em todas as áreas no limite de até 30% de participação e pode ampliar sua fatia nos consórcios.

Já na concessão, vence quem paga o maior valor de outorga ao governo, normalmente à vista. A exploração das áreas ocorre no ritmo que o vencedor desejar, e a Petrobras não teria nenhum privilégio assegurado na empreitada, tampouco a obrigação de ser sócia. Toda a produção fica com o dono da área. Ao governo, cabem royalties, **impostos** e Participação Especial (PE).

Sachsida avalia que é possível encontrar consenso e avançar nesse ponto, inclusive com uma melhoria no modelo de concessões. Na equipe do ministro da Economia, Paulo Guedes - o que inclui Sachsida até que ele tome posse no novo cargo até o fim desta semana -, havia insatisfação com a lentidão do ex-ministro Bento Albuquerque de dar encaminhamento a essa mudança - política prometida desde a época da transição.

PRIVATIZAÇÕES. Além de tentar atrair apoio para a tese de privatização da Petrobras - fazendo coro com

o ministro da Economia -, Sachsida tem como missão concluir ainda neste ano o processo de privatização da Eletrobras, estatal com enfoque em geração e transmissão de energia. A operação, aprovada pelo Congresso, ainda depende de aval do Tribunal de Contas da União - que deve retomar o julgamento do tema na próxima quarta-feira.

"Será um sinal importante para atrair mais capitais para o Brasil", afirmou ele ontem, em seu primeiro pronunciamento já como ministro da pasta de Minas e Energia. Ele falou ainda em melhorar os marcos legais. "Tenho certeza de que, em parceria com Congresso, com lideranças e presidências da Câmara e do Senado, iremos aprovar importantes projetos de lei para aprimorar nossos marcos legais e melhorar a segurança jurídica, dando a previsibilidade necessária para o investimento privado", afirmou ele. Sachsida disse contar com o apoio e o aval do presidente Jair Bolsonaro para suas metas no ministério.

O novo ministro identifica ineficiências no setor de energia, criadas nos governos passados, e que na sua avaliação precisariam ser corrigidas num eventual segundo mandato de Jair Bolsonaro.

"Ainda temos uma ampla agenda pró-mercado para trabalhar.

Por exemplo, é fundamental melhorar a eficiência do setor elétrico. Tenho certeza de que, assim que essa discussão avançar, vamos melhorá-la", disse Sachsida ao Estadão/ Broadcast, há três semanas, na última entrevista exclusiva como secretário especial.

Ele também aposta no sucesso da modalidade de crédito lançada pelo Banco do Brasil para os caminhoneiros autônomos, base eleitoral do presidente.

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Planalto quer uma Petrobras igual à estatal venezuelana (Editorial)

Veja a matéria no site de origem:

<https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Ajuste, crescimento e desigualdade - CRISTIANO ROMERO

CRISTIANO ROMERO

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187214

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187214

Na Qualicorp, reajuste de planos deve ir a 20%

Beth Koike

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187214?page=10§ion=2

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187214?page=10§ion=2

Inflação se dissemina e passa de 12% ao ano



Os preços de oito em cada 10 produtos e serviços pesquisados pelo IBGE registram alta. O resultado disso é que o IPCA de abril alcançou 1,06%, o maior para o mês desde 1996. Alimentos e combustíveis estão açoitando o orçamento das famílias.

Especialistas dizem que a **inflação** não dará trégua tão cedo.

PÁGINAS 7 E 14

Meta de privatizar a Petrobras



Michelle Portela

O novo ministro de Minas e Energia, Adolfo Sachsida, disse ter pedido estudos para dar início à eventual privatização da Petrobras e da Empresa Brasileira de Administração de Petróleo e Gás Natural S.A., a Pré-Sal Petróleo S.A.(PPSA). Na primeira coletiva de imprensa após assumir a pasta, ele frisou que as metas contam com o apoio do presidente Jair Bolsonaro (PL).

"Meu primeiro ato como ministro de Minas e Energia será solicitar ao ministro Paulo Guedes (da Economia) - o presidente do Programa de Parcerias de Investimentos (PPI) - que leve ao conselho a inclusão do Pré-Sal Petróleo (PPSA) no Programa Nacional de Desestatização (PND)", anunciou ele.

Mais de uma vez, o novo ministro do MME sustentou que o teor do pronunciamento dele tinha "o aval e o apoio 100%" de Bolsonaro.

Sachsida disse esperar respaldo do Congresso Nacional para debater os caminhos que levem à privatização. "Ainda como parte do meu primeiro ato, solicito também o início dos estudos tendentes à proposição das alterações legislativas necessárias à desestatização da Petrobras", acrescentou.

De acordo com o ministro, o Parlamento é um grande parceiro do governo federal na agenda econômica. "Com apoio das lideranças da Câmara e do Senado, daremos previsibilidade necessária para os investimentos privados", ressaltou.

Eletrobras

Durante a declaração à imprensa, Sachsida enfatizou que o país precisa "se tornar um porto seguro para investimentos" e que é necessária a aprovação de medidas estruturantes para concretizar essa proposta.

Entre as metas, destacou, também, a "importância do processo de capitalização" da Eletrobras, cujo andamento da análise de mecanismos de venda está previsto para ir a julgamento na próxima quarta-feira, no Tribunal de Contas da União (TCU). "Sinal importante para atrair mais capitais para o Brasil", frisou.

"Nós temos de insistir na economia pelo lado da oferta. Precisamos melhorar os marcos legais e trazer mais segurança jurídica para o investimento privado aportar cada vez mais no Brasil, aumentando a produtividade na nossa economia", defendeu. "E, com isso, expandindo a oferta agregada, o emprego e a renda de todo brasileiro." O ministro listou as medidas prioritárias a serem aprovadas pelo Congresso: o projeto de modernização do setor elétrico, que abre o mercado livre de energia para todos os consumidores; a proposta que muda o regime de exploração do pré-sal, de partilha para concessão; e o projeto que muda o sistema de garantias.

Na coletiva, Sachsida não respondeu às perguntas dos jornalistas. Tampouco comentou a política de preços da Petrobras nem mencionou as altas recentes no preço dos combustíveis.

Projetos

O Programa de Parcerias de Investimento (PPI) é o setor do governo responsável por gerir os projetos de privatização e concessão do Executivo. O PPI é formado por diversos ministros e presidentes de bancos públicos, e comandado pelo ministro da Economia, Paulo Guedes.

Homem de confiança do presidente

O novo ministro de Minas e Energia, o economista Adolfo Sachsida, é um aliado fiel do titular da Economia, Paulo Guedes. Ele participou da montagem do programa de governo ainda durante a campanha de Jair Bolsonaro à presidência, em 2018. E tem a confiança do chefe do Executivo: "É um homem com visão de futuro", disse Bolsonaro sobre ele, em um evento no Palácio do Planalto em 15 de março.

Sachsida tem doutorado em economia pela Universidade de Brasília (UnB) e pós-doutorado pela Universidade do Alabama, nos Estados Unidos. Foi professor na Universidade do Texas. É também advogado, com estudos na área de direito tributário, e

técnico de planejamento e pesquisa da carreira pública pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea).

No governo Bolsonaro, assumiu, em 2019, o cargo de secretário de Política Econômica do Ministério da Economia. Em fevereiro deste ano, foi nomeado chefe da Assessoria Especial de Assuntos Estratégicos da pasta. Agora, assume o Ministério de Minas e Energia em lugar de Bento Albuquerque.

Sachsida já defendeu a tese de "imunidade de rebanho", segundo a qual o aumento no número de casos de infectados por coronavírus agilizaria a imunização - ideia que tem ineficácia comprovada e contraria a Organização Mundial de Saúde (OMS). À Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Covid, no Senado, ele disse que "não houve qualquer comunicação e/ou troca de documentos do Ministério da Saúde (MS) com a SPE (Secretaria de Política Econômica)" a respeito da ideia.

O economista tem sido uma das vozes mais ativas na defesa da política econômica do governo. Na terça-feira, voltou a dizer, por exemplo, que o mercado está errado em suas previsões de crescimento econômico para este ano. "Disseram que eu estava em uma queda de braço com o mercado quando já tínhamos projeções melhores para o **PIB** (Produto Interno Bruto) deste ano. Quem previa uma queda de 0,50% do **PIB** já mudou para crescimento de 1%. Passo a passo, todo mundo vai convergir para a estimativa da SPE", avaliou. "Tivemos a maior onda de contágio por covid em janeiro, a invasão da Ucrânia em fevereiro, e o mundo caminha para o maior aperto monetário desde os anos 1980. Mesmo assim, as projeções do mercado estão melhorando. Isso mostra o nosso acerto." Em entrevista para o Estadão, no mês passado, disse que, em um eventual segundo mandato de Bolsonaro, a fórmula que vem sendo usada nesta gestão será mantida. "Se nós ganharmos, é a mesma agenda: consolidação fiscal e reformas pró-mercado para o aumento da produtividade. O mercado pode ter certeza absoluta: nós vamos continuar na agenda que colocou todo os países do mundo ocidental no caminho da prosperidade, consolidar o lado fiscal", ressaltou.

Bolsonaro, enfim, fala a ucranianos

Mais de dois meses depois da invasão da Ucrânia pela Rússia, o presidente Jair Bolsonaro (PL) pela primeira vez se dirigiu aos ucranianos. Durante discurso, ontem, na 48ª Edição da Expoingá, em Maringá (PR), disse à comunidade no estado que "mesmo em silêncio, tudo faz para que a paz seja restabelecida".

"Sei que no Paraná tem uma grande comunidade de ucranianos, nossos irmãos que nós recebemos de braços abertos. Dizer a vocês que este governo, mesmo em silêncio ou em contatos variados, tudo faz para que a paz seja restabelecida no país de origem de vocês. Não queremos mortes, queremos paz. E nós, cada vez mais, mais do que nos preocuparmos, nos preparamos para que dessa forma, a paz em nossa terra, em nosso Brasil, seja mantida", salientou.

Também estiveram presentes ao evento o ministro da Defesa, Paulo Sérgio Nogueira, e o provável vice de Bolsonaro na chapa às eleições de outubro, Walter Braga Netto. O presidente disse que "somente os ditadores temem o povo armado" e citou que os dois "bem sabem a importância que uma nação bem armada é uma forma de evitar qualquer interesse externo sobre a pátria".

O presidente mais uma vez atribuiu aos governadores as mazelas econômicas. Voltou a criticá-los pelas restrições adotadas durante a pandemia de covid-19 e disse que, apesar da alta da **inflação** no Brasil, "os efeitos são menores" no Brasil - culpa, neste caso, do conflito entre russo e ucranianos.

Mais cedo, em Brasília, em conversa com apoiadores, Bolsonaro chegou a dizer que o custo de vida no Brasil, apesar da alta da **inflação**, foi um dos que "menos subiu". Para sustentar a argumentação, disse que a picanha, no Brasil, está a metade do preço do Canadá.

Inflação é a maior em 26 anos e se espalha

A carestia não dá trégua e não para de corroer a renda da população. Em abril, o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), que mede a **inflação** oficial, avançou 1,06% - a maior variação para o mês desde 1996 -, puxada por alimentos e combustíveis, conforme dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) divulgados ontem.

Em 12 meses até abril, o salto do indicador é 12,13%, maior taxa registrada desde outubro de 2003.

No ano, o IPCA acumulou alta de 4,29%, taxa acima da meta de **inflação** determinada pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) para este ano, de 3,5%, e cada vez mais próxima do teto, de 5%.

O resultado do IPCA de abril é levemente acima da mediana das estimativas do mercado, de 1,01%.

E, apesar de a taxa ter ficado abaixo dos 1,62% registrados em março, analistas demonstraram preocupação com o grau elevado da disseminação de aumento de preços entre os produtos pesquisados.

Eles avisam que será difícil para o Banco Central interromper o ciclo de alta na taxa básica de juros (Selic) na próxima reunião do Comitê de Política Monetária (Copom), em junho, pois é crescente a perspectiva do mercado de que não haverá muita austeridade fiscal do governo neste ano eleitoral. O índice de difusão ficou em 78%, a maior taxa desde janeiro de 2003, de 85,94%. Em março, quando a **inflação** foi maior, esse percentual foi menor, de 76%.

"O aumento desse espalhamento é preocupante, porque significa que a **inflação** está mais persistente e que o Banco Central precisará atuar de forma mais dura, aumentando os juros", explicou o economista André Braz, coordenador do Índice de Preços ao Consumidor do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (FGV Ibre). "Dentro desse contexto de espalhamento, podemos ver alta de preços de bens duráveis, como eletrodomésticos e automóveis, do táxi, do transporte por aplicativo, das passagens aéreas e até das refeições fora de casa", enumerou.

O economista do Ibre lembrou que o fato de a disseminação ser tão elevada mostra que o problema da **inflação** não é apenas de oferta, mas também de demanda. Esse cenário exigirá uma ação mais contundente do Banco Central na política monetária.

"Grandes economias aquecidas também podem fazer a demanda fora do Brasil afetar preços domésticos", ressaltou.

O IPCA tem registrado taxas acima de dois dígitos no acumulado em 12 meses desde setembro de 2021. Na semana passada, o Banco Central elevou a taxa Selic de 11,75% para 12,75% e sinalizou nova alta em junho. Mas a maioria dos analistas aposta em elevações da taxa básica pelo menos até agosto, porque a **inflação** deverá persistir por um período mais prolongado, especialmente se não houver trégua entre Ucrânia e Rússia.

Pelas projeções de Sergio Vale, economista-chefe da MB Associados, a Selic deverá chegar a 13,75%, nas próximas duas reuniões, mas ainda há um "viés de alta". "Com esse espalhamento elevado e essa resiliência da **inflação** acima de 10%, vai ser muito difícil a **inflação** cair para patamares menores", alertou Vale.

Ele acaba de elevar de 7,8% para 8,7% a previsão do IPCA deste ano e prevê o indicador acima de 10%, pelo menos, até agosto.

"Considerando os riscos à frente, especialmente na taxa de câmbio e nos preços de commodities, o BC tem elevada chance de, eventualmente, ter que levar a Selic para 14% ou mais. Isso não está descartado", advertiu. Segundo estimativas de Fabio Romão, economista sênior da LCA Consultores, o IPCA deverá continuar em dois dígitos até setembro. Apesar de prever o índice encerrando o ano em 9%, ele admitiu que ainda há riscos de uma alta maior no indicador. "O descasamento das cadeias globais gerou muito problema de oferta, e a guerra da Ucrânia impediu um reajuste mais moderado que estava por vir. Ainda tem a pressão dos preços do petróleo e a questão do protecionismo de alguns países produtores de alimentos.

O espalhamento da **inflação** também é preocupante, mas, olhando adiante, ainda tem muita pressão encomendada", explicou.

Conforme dados do IBGE, oito dos nove grupos de produtos pesquisados registraram alta de preços, menos o de habitação, que registrou queda de 1,14%, devido à retirada da bandeira de escassez hídrica na conta de luz.

"Se não fosse a volta da bandeira verde, o IPCA de

abril deveria ter sido mais alto", alertou Braz, do Ibre.

»Menos imposto de importação

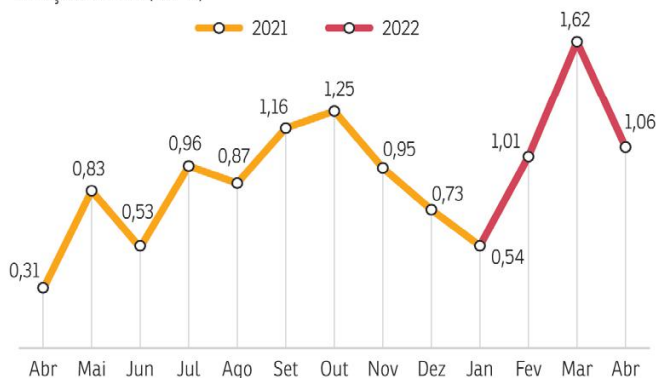
A fim de conter a **inflação**, o Ministério da Economia, por meio do Comitê-Executivo de Gestão da Câmara de Comércio Exterior (Gecex/Camex), aprovou ontem nova rodada de redução do Imposto de Importação sobre 11 produtos. Segundo a pasta, a medida prioriza itens que têm maior impacto sobre a cesta de consumo de camadas mais pobres da população. Fazem parte da lista de isenções itens como carnes desossadas de bovino congeladas, pedaços e miudezas de frango congelados, farinha de trigo, bolachas, biscoitos e milho em grãos.

Sem trégua

A inflação oficial avançou 1,06% em abril, a maior variação em 26 anos para o mês. Com isso, o indicador acumula alta de 12,13% em 12 meses, a taxa mais elevada desde outubro de 2003

Evolução do IPCA

Variação mensal (Em %)



Variação acumulada em 12 meses

Em %



12,47%

variação acumulada em 12 meses do INPC, que mede a inflação das famílias mais pobres, com renda mensal de até cinco salários mínimos

4,29%

alta acumulada do IPCA de janeiro a abril, acima do centro da meta de inflação deste ano, de 3,5%

78%

índice de difusão da inflação entre os produtos pesquisados pelo IBGE, acima dos 76% registrados em março, quando o indicador foi maior

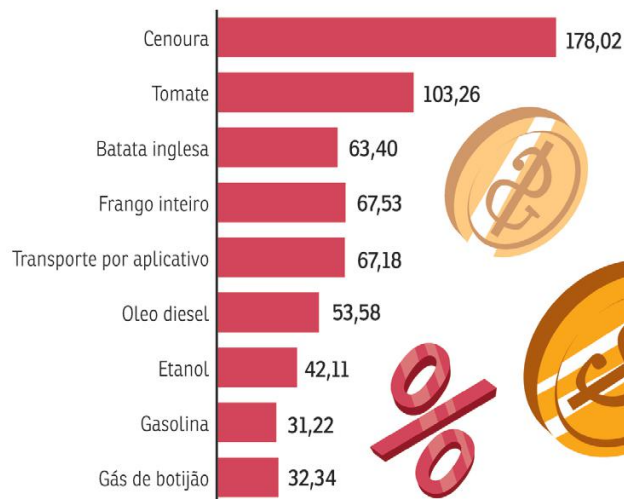
Oito

dos nove grupos pesquisados pelo IBGE registraram alta de preços, menos habitação que teve queda 1,14%, evitando alta maior no IPCA, devido ao retorno da bandeira verde

Maiores altas

Veja os principais vilões da inflação em abril:

Variação acumulada em 12 meses — Em %



Dados regionais

Veja alguns destaques da pesquisa do IPCA de abril

- Apenas Belém registrou inflação acumulada em 12 meses abaixo de 10%. Na capital paraense o IPCA subiu 9,45%
- Curitiba registrou a maior taxa entre as 16 capitais pesquisadas, com alta acumulada de 14,82%
- Rio de Janeiro teve a maior variação mensal, de 1,67% e Brasília registrou a quinta maior elevação entre as capitais, de 1,41%, acima da média

Fonte: IBGE



Impacto entre os mais pobres

ROSANA HESSEL

A **inflação** oficial está alta, mas o indicador do custo de vida das famílias mais pobres mostra que a alta de preços está sendo mais cruel no bolso das famílias mais pobres. O Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) acumulou alta de 12,47% em 12 meses até abril, quando avançou 1,04%, conforme dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Essa taxa acumulada do INPC, que mede a **inflação** para as famílias com renda de até cinco salários mínimos, é superior à registrada pelo IPCA - que monitora o custo de vida de famílias com renda mensal acima de cinco pisos salariais -, de 12,13% até o mês passado.

"A **inflação** está generalizada, mas as famílias mais pobres sentem mais esse impacto, porque houve uma alta mais forte nos preços dos alimentos e um peso importante no INPC é a alimentação", explicou André Braz, coordenador do Índice de Preços ao Consumidor do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (FGV Ibre). "Não foram apenas os alimentos in natura que tiveram altas de preços.

Carnes, derivados de trigo, também registraram fortes aumentos de preços", destacou.

Conforme dados do IBGE, oito dos nove grupos de produtos e serviços pesquisados tiveram alta em abril. A maior variação, de 2,06%, foi decorrente de Alimentos e bebidas e, na sequência, com alta de 1,91%, os Transportes, por conta dos reajustes dos combustíveis. Esses dois grupos contribuíram com 80% da alta do IPCA de abril.

Não à toa, a cada mês que passa, o consumidor busca ofertas cada vez mais distante de casa.

É o caso da professora Rose Carvalho, 46 anos, moradora da Asa Norte. Ela prefere fazer compras no Cruzeiro para abastecer a dispensa, devido ao preço alto dos alimentos no Plano Piloto. "Aqui (no Cruzeiro) eu faço mais compras de verduras e essas coisas que subiram forte (no preço), que não faço mais lá na 316, porque Asa Norte e Asa Sul são extremamente caras e então você acaba vindo para o Cruzeiro, ou para Taguatinga, para fazer compras", disse a professora.

Além de tentar economizar nas compras do supermercado, muitos brasileiros buscam alternativas

para contornar os preços dos combustíveis. Na semana passada, a média nacional do preço do litro de gasolina era de R\$ 7,29, mas é difícil encontrar postos da capital federal com o combustível abaixo de R\$ 7,50 atualmente. Diante disso, o vigilante Carlos Henrique, 42, procura abastecer o carro aos poucos. "Perdi as contas de quantas vezes abasteci este mês. Todo dia eu coloco de R\$ 30 a R\$ 50 no tanque", disse.

(RH e Raphael Pati, estagiário sob a supervisão de Carlos Alexandre de Souza)

Gol e Avianca unem forças e criam maior grupo aéreo da AL



A crise provocada pela pandemia no setor aéreo obrigou as empresas a reorganizar seus planos de negócios. Nesse contexto, o voo mais ambicioso foi dado pela brasileira Gol e a colombiana Avianca, que juntaram forças para criar a holding Abra. O acordo, que vem sendo costurado há pelo menos dois anos, tem como premissa principal reduzir custos operacionais, embora as empresas continuem a operar de forma independente. Além delas, também farão parte do novo grupo a Viva Air, da Colômbia, e a Sky Airline, do Chile, ambas empresas de baixo custo ligadas à Avianca. Dentro da holding estarão também os programas de fidelidade Smiles e LifeMiles. É um projeto de gente grande, que resultará no maior conglomerado de transportes da América Latina. Segundo os dados mais recentes, a soma das marcas reunidas sob o mesmo guarda-chuva equivale a uma receita anual de US\$ 7 bilhões. Juntas, elas possuem uma frota com cerca de 300 aeronaves.

O executivo que só vê "besteiras" no governo

O médico José Luiz Egydio Setúbal, acionista do Itaú Unibanco e presidente da fundação que administra o Hospital Sabará, em São Paulo, tem travado debates nas redes sociais. O motivo? Ele faz duras críticas ao governo Bolsonaro. Em um post, escreveu o seguinte: "Só consigo ver um monte de besteiras realizadas. A **inflação** é a maior dos últimos 15 anos, o desemprego é de 12 milhões de pessoas, os salários são os mais baixos da história. Isso é o que vejo, não com ódio, mas com tristeza".

Para fugir dos "haters", empresário não se posiciona politicamente

É inegável o desconforto de uma parcela do empresariado com as tensões políticas. "Ninguém se sente seguro para investir em um país em que se discute a possibilidade de erosão da democracia", diz o fundador de uma fintech. "Eu gostaria de me posicionar mais, de contribuir de alguma maneira com a política, mas acho que isso levaria problemas para a minha empresa." Ele diz que, há dois anos, uma publicação sua nas redes sociais despertou a ira dos "haters" da internet. "Por isso me calo agora."

Nubank se rende às criptomoedas

O Nubank entrou no ramo das criptomoedas. A partir de agora, a fintech vai oferecer aos clientes a possibilidade de comprar bitcoin e ethereum, as duas maiores moedas digitais do mundo, diretamente no seu aplicativo. Uma curiosidade: a Nu Holdings, que controla o grupo Nubank, vai investir 1% de seu caixa em bitcoins, o que mostra a confiança da empresa nesse tipo de ativo. Atualmente, as criptomoedas movimentam US\$ 500 bilhões na América Latina, segundo a consultoria Chainalysis.

Rapidinhas

A área de prescrição médica do laboratório farmacêutico EMS faturou R\$ 2,2 bilhões em 2021, um crescimento de 17% sobre o ano anterior. Pelo sexto ano consecutivo, é o maior avanço entre os maiores laboratórios nacionais. Em 2022, o segmento, que representa aproximadamente 40% dos negócios totais da empresa, projeta crescer 21%.

O Brasil não consegue eliminar velhos preconceitos. Muito pelo contrário. Uma campanha publicitária nas redes sociais para apresentar o novo Polo, da Volkswagen, recebeu uma avalanche de ataques homofóbicos. O motivo: o anúncio é estrelado por um casal gay. Em resposta, a montadora disse que "a diferença enriquece e o respeito une".

Depois de ser cancelado em 2020 por razões sanitárias, o Salão do Automóvel de São Paulo havia sido programado para o próximo mês de agosto, mas o evento voltou à estaca zero. Segundo a Anfavea, a associação dos fabricantes, a mostra foi adiada para 2023 para que as montadoras "se concentrem na produção, que oferece uma série de desafios."

É fácil entender por que a Apple decidiu aposentar o iPod, o tocador de música que encantou o mundo durante muito tempo. No ano passado, foram vendidos 3 milhões de aparelhos - é um número modesto demais para as ambições da empresa. Também em 2021, 250 milhões de iPhones ganharam novos donos.

A pesada faturadas crises no país (Editorial)

O Brasil tem sido pródigo em criar crises. E, infelizmente, elas vêm sendo cada vez mais recorrentes, agravando um quadro econômico que aflige, sobretudo, a população mais pobre. No mesmo dia em que o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) anunciou a maior **inflação** para meses de abril em 26 anos, de 1,06%, o governo surpreendeu a todos com a demissão do almirante Bento Albuquerque do Ministério de Minas e Energia. Reforçou-se a visão de que, enquanto não conseguir intervir na Petrobras, o Palácio do Planalto não sossegará. E, pior, surgiu a percepção de que a cabeça do ministro foi entregue ao Centrão, que defende a destinação de R\$ 100 bilhões dos cofres públicos para um empreendimento de gasodutos que interessa a um único empresário, Carlos Suarez, um dos ex-donos da construtora OAS, pega na Lava-Jato.

Num momento tão complicado pelo qual o país vem passando, em que o poder de compra está solapado pela **inflação** de 12,13% no acumulado de 12 meses, o mais adequado seria que o governo se empenhasse em apresentar medidas concretas para redução dos preços. Até o fez, ontem, por meio da redução do imposto de importação de 11 itens importantes para a indústria e para os consumidores. Contudo, essa medida passou praticamente despercebida do grande público, porque o Planalto insiste no desejo de intervenção na Petrobras para tentar controlar os preços dos combustíveis. E todos sabem que foi mais um jogo de cena para o eleitorado do que uma medida com resultados concretos. Os valores da gasolina e do diesel continuarão acompanhando as cotações do dólar e do petróleo no mercado internacional.

A Petrobras já está no terceiro presidente no governo de Jair Bolsonaro e continua seguindo seus interesses como empresa. Na segunda-feira, anunciou reajuste de quase 9% no preço do diesel, o que provocou mais desgastes nas relações entre o presidente da República e os caminhoneiros, base importante de seu apoio. Para tentar se descolar desse reajuste, Bolsonaro demitiu, desta vez, o ministro ao qual a Petrobras está vinculada. Melhor seria se o governo se concentrasse em encontrar soluções concretas para amenizar o problema dos combustíveis. Há caminhos possíveis para isso, não a transformação da estatal numa réplica da petroleira venezuelana, usada politicamente por Hugo Chávez e Nicolás Maduro.

Enquanto o governo insistir nessa direção de turbulências, nada do que realmente precisa ser feito sairá do papel. O resultado, todos sabem: mais

inflação, desemprego maior, juros nas alturas, crescimento pífi e enorme desconfiança entre os investidores. Hoje, são poucos os empresários que se arriscam a tirar projetos da gaveta para ampliar seus negócios, pois a turbulência é enorme. Não existe a palavra fundamental para o setor produtivo: previsibilidade. Com isso, perdem todos. E o país vai descendo a ladeira, agravando as desigualdades sociais, das quais se origina a violência.

Machucado, o Brasil implora por dias melhores, por um governo que se empenhe em resolver os graves problemas que atormentam a população. Crises não podem ser naturalizadas, como se vê atualmente no país. Somente a pacificação política será capaz de abrir as portas para a retomada do crescimento econômico e do controle da **inflação**. A forte alta dos juros, que estão em 12,75% ao ano, podem fazer uma parte do serviço de pôr a carestia nos eixos. Porém, o avanço da produção e do consumo a longo prazo necessita de um ambiente de tranquilidade e credibilidade. Não é o que se tem hoje por aqui. Muito pelo contrário.

A fatura das crises (Editorial)

O Brasil tem sido pródigo em criar crises. E, infelizmente, elas vêm sendo cada vez mais recorrentes, agravando um quadro econômico que aflige, sobretudo, a população mais pobre. No mesmo dia em que o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) anunciou a maior **inflação** para meses de abril em 26 anos, de 1,06%, o governo surpreendeu todos com a demissão do almirante Bento Albuquerque do Ministério de Minas e Energia.

Reforçou-se a visão de que, enquanto não conseguir intervir na Petrobras, o Palácio do Planalto não sossegará. E, pior, surgiu a percepção de que a cabeça do ministro foi entregue ao Centrão, que defende a destinação de R\$ 100 bilhões dos cofres públicos para um empreendimento de gasodutos que interessa anúncio empresário, Carlos Suarez, um dos ex-donos da construtora OAS, pega na Lava-Jato.

Num momento tão complicado pelo qual o país vem passando, em que o poder de compra está solapado pela **inflação** de 12,13% no acumulado de 12 meses, o mais adequado seria que o governo se empenhasse em apresentar medidas concretas para redução dos preços. Até o fez, ontem, por meio da redução do imposto de importação de 11 itens importantes para a indústria e para os consumidores. Contudo, essa medida passou praticamente despercebida do grande público, porque o Planalto insiste no desejo de intervenção na Petrobras para tentar controlar os preços dos combustíveis. E todos sabem que foi mais um jogo de cena para o eleitorado do que uma medida com resultados concretos. Os valores da gasolina e do diesel continuarão acompanhando as cotações do dólar e do petróleo no mercado internacional.

A Petrobras já está no terceiro presidente no governo de Jair Bolsonaro e continua seguindo seus interesses como empresa. Na segunda-feira, anunciou reajuste de quase 9% no preço do diesel, o que provocou mais desgastes nas relações entre o presidente da República e os caminhoneiros, base importante de seu apoio. Para tentar se descolar desse reajuste, Bolsonaro demitiu, desta vez, o ministro ao qual a Petrobras está vinculada. Melhor seria se o governo se concentrasse em encontrar soluções concretas para amenizar o problema dos combustíveis. Há caminhos possíveis para isso, não a transformação da estatal num réplica da petroleira venezuelana, usada politicamente por Hugo Chávez e Nicolás Maduro.

Enquanto o governo insistir nessa direção de turbulências, nada do que realmente precisa ser feito

sairá do papel. O resultado, todos sabem: mais **inflação**, desemprego maior, juros nas alturas, crescimento pífilo e enorme desconfiança entre os investidores. Hoje, são poucos os empresários que se arriscam a tirar projetos da gaveta para ampliar seus negócios, pois a turbulência é enorme. Não existe a palavra fundamental para o setor produtivo: previsibilidade. Com isso, perdem todos. E o país vai descendo a ladeira, agravando as desigualdades sociais, das quais se origina a violência.

Machucado, o Brasil implora por dias melhores. Crises não podem ser naturalizadas, como se vê atualmente no país. Somente a pacificação política será capaz de abrir as portas para a retomada do crescimento econômico e do controle da **inflação**. A forte alta dos juros, que estão em 1% 75% ao ano, pode fazer uma parte do serviço de pôr a carestia nos eixos. Porém, o avanço da produção e do consumo a longo prazo necessita de um ambiente de tranquilidade e credibilidade. Não é o que se tem hoje por aqui. Muito pelo contrário.

FRASES

O Zema tá querendo se descolar do |Bolsonaro, tá largando o amigo pelo caminho Alexandre Kalil (PSD), pré-candidato ao governo de Minas, durante entrevista ao "1 centavo podcast", da TV Alterosa Sul e Sudoeste de Minas, sobre a relação atual entre o governador Romeu Zema (Novo) e o presidente Jair Bolsonaro (PL) Vamos acabar com essa sacanagem, com essa roubalheira. Basta! Basta!

Adriana Belém, delegada presa na Operação Calígula nessa terça-feira foram encontrados quase R\$ 2 milhões em malas e sacos plásticos na residência dela -, em vídeo de quando foi candidata a vereadora do Rio de Janeiro. Ela é suspeita de ligação com o jogo do bicho

Inflação em abril é a maior para o mês desde 1996



Aumentos da gasolina (6,71%), do etanol (8,44%) e do diesel (4,74%) junto com alimentos pesaram no índice inflacionário de abril deste ano

ROGER DIAS

A elevação nos preços dos alimentos, bebidas e combustíveis fez o índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), considerado a **inflação** oficial do Brasil, fechar em 1,06% em abril, pior resultado no mês desde 1996. De acordo com os números divulgados ontem pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o IPCA já registra uma alta de 4,29%, mesmo que o índice tenha desacelerado em relação a março, que teve variação de 1,62%.

Até então, a maior alta em abril havia sido de 1,26%, há 26 anos. No mesmo período de 2021, o índice foi de 0,31%. Por sua vez, o IPCA também acumula variação de 12,13% nos últimos 12 meses, muito acima do que os economistas previam. Os números estão mais elevados do que a projeção feita pelo Banco Central, que havia projetado uma **inflação** de 3,5%, com margem de erro de 1,5 ponto percentual para mais ou para menos.

De acordo com o economista André Braz, da Fundação Getulio Vargas (FGV), o índice ocorreu dentro do previsto: "Os destaques estavam dentro do previsto, com alta na alimentação e combustíveis, que respondem pela maior parte do resultado. A novidade importante na apuração veio do índice de difusão, que mede o percentual de itens com variação positiva. Nessa edição, 78% dos produtos e serviços comprados pelas famílias subiram de preço. Então, isso reforça os pagamentos das pressões inflacionárias".

De fato, os combustíveis representaram o maior peso no IP-CA de abril, graças à alta da gasolina (6,71%), do etanol (8,44%), do diesel (4,74%) e do gás veicular (0,24%). As passagens aéreas (9,48%) e o transporte por aplicativo (4,09%) também seguem com preços elevados.

"Vimos que nesse contexto de espalhamento da **inflação**, os bens duráveis, como automóveis e eletrodomésticos, tiveram alta, enquanto serviços como táxi, viagem por aplicativo, seguros e passagens aéreas ficaram mais caros. Até as refeições em lanchonetes subiram de preço. Esses aumentos bem espalhados levam a um desafio grande para a autoridade monetária", afirma André Braz.

Na tentativa de controlar os índices inflacionários, o economista sinaliza que o Comitê de Política Monetária (Copom) elevará ainda mais a taxa básica de juros, que hoje é de 12,75%. "A situação é preocupante, pois demonstra que a **inflação** está presente em tudo o que consumimos no dia a dia. E isso aumenta a persistência da própria **inflação**. É onde o Banco Central tem de atuar mesmo, com aumento dos juros. Na próxima reunião, em junho, ele pode aumentar a taxa novamente em resposta à pressão inflacionária".

Nos próximos meses, o panorama não deve ser animador em função da conjuntura política e econômica vivida no mundo: "O período de incertezas que vivemos não permite que peguemos um cenário benigno daqui pra frente. A Ucrânia e a Rússia estão em guerra, o que pressiona as cadeias produtivas globais, e os Estados Unidos vêm subindo os juros, a China vive novamente a COVID-19 e o Brasil terá os efeitos do ano eleitoral. Existem fatores que podem mexer com o câmbio e encarecer os preços das commodities, o que faz com que a **inflação** fique mais consistente" diz o economista.

IPI MENOR Para tentar reduzir a **inflação** de alguns produtos da cesta básica, o governo federal aprovou ontem a redução do Imposto de Importação, via inclusão na Lista de Exceções à Tarifa Externa Comum do Mercosul (Letec), para alguns produtos de alimentação e vergalhões de aço, além de ácido sulfúrico - produto utilizado na produção de fertilizantes - e um tipo de fungicida.

Segundo o Ministério da Economia, a medida prioriza itens que têm maiores impactos sobre a cesta das camadas mais pobres da população, a fim de ajudar no combate à **inflação**, considerando mercadorias que integram o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC). Foram reduzidas a zero, até 31 de dezembro de 2022, alíquotas de importação sobre carnes de boi desossadas; carne de frango, pedaços e miudezas, congelados; trigo e farinha de trigo; milho em grão; bolachas e biscoitos; e outros produtos de padaria, pastelaria e indústria de biscoitos. Essas alíquotas variavam entre 7,2% e 16,2%.

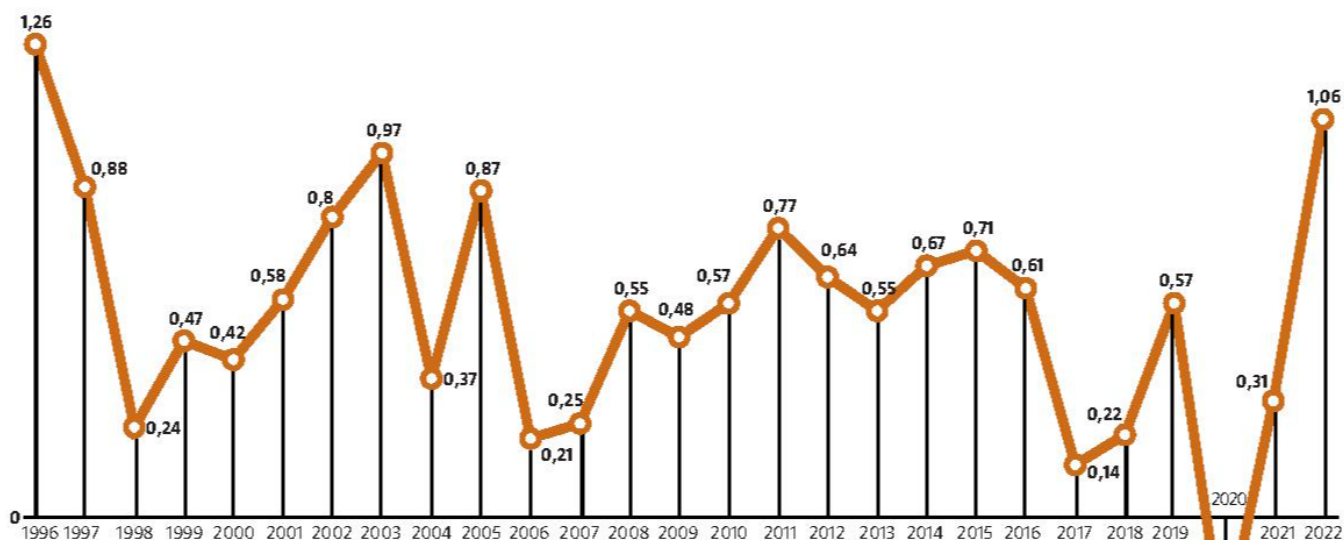
NA GRANDE BH Na Região Metropolitana de Belo Horizonte, a **inflação** fechou o mês de abril em 1,06%, também inferior ao registrado no mês de março (1,44%). A variação nos últimos 12 meses foi de 11,51%. Por sua vez, em abril do ano passado, a variação foi de 0,43%. Na comparação com outras regiões pesquisadas pelo IBGE, a Grande BH teve a quinta maior variação, junto de São Paulo, ficando atrás de Rio de Janeiro (1,39%), Belém (1,21%), Porto Alegre (1,13%) e Recife (1,12%).

Os principais impactos na **inflação** vieram da saúde e cuidados pessoais (2,52%), transportes (1,92%), artigos de residência (1,76%), vestuário (1,64%) e alimentação e bebidas (1,52%). Dentro da saúde e cuidados pessoais, a maior variação ocorreu nos antidiabéticos (11,24%), anti-infecciosos e antibióticos (8,24%), produtos farmacêuticos (8,02%), anti-inflamatório e anti-tirreumático (7,21%) e dermatológicos (6,88%).

ESCALADA DE PREÇOS

Evolução da inflação oficial no país (em %)

■ IPCA em abril



■ O que pesou mais em abril/2022

Alimentos e bebidas	Transportes	Saúde e cuidados pessoais	Artigos de residência	Vestuário
2,06%	1,91%	1,77%	1,53%	1,26%

Bolsonaro minimiza aumentos de preços



Ingrid Soares

O presidente Jair Bolsonaro (PL) voltou a defender ontem que o custo de vida no Brasil, apesar da alta da **inflação**, foi um dos que "menos subiu". Para embasar a afirmação, o chefe do Executivo disse ter conversado com brasileiros que moram fora do país e questionou ainda uma apoiadora, que disse ter morado no Canadá, a respeito dos preços praticados no país. Após a exoneração do ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque, ele ainda defendeu que o combustível está caro no mundo todo. As declarações ocorreram na saída do Palácio da Alvorada.

"Acabei de conversar com brasileiro que está na Inglaterra e ele falou do custo de vida lá, inclusive hábitos alimentares foram mudados porque a crise é no mundo todo. Estou com uma senhora aqui que mora no Canadá. O preço do combustível no Canadá como está?", perguntou. "Está mais de US\$ 2 o litro", respondeu a mulher. "Então, está mais de R\$ 10 o litro. E o preço da carne lá fora está quanto, subiu muito?" emendou Bolsonaro. "Subiu demais. A gente compra meio quilo de carne por mais de R\$ 50", afirmou a mulher.

Bolsonaro então questionou qual seria o tipo de carne. "Picanha", respondeu a bolsonarista. Então, 1kg de picanha, R\$ 100, US\$ 20. A crise é no mundo todo. Aqui no Brasil, está caro? Está. Agora, alguns me acusam injustamente. Inclusive, quanto é que está 1kg de picanha no Brasil?". "R\$ 55, R\$ 60", comentaram outros apoiadores.

GOVERNADORES Em seguida, o presidente voltou a culpar governadores por medidas de restrição em meio à pandemia da COVID-19. "Menos da metade do preço que está lá fora. Está caro? Está caro. Por que isso daí? Vocês se lembram do "fique em casa, a

economia a gente vê depois"? Então, quem mandou ficar em casa é que é o responsável por isso. Não é só quem mandou não. Mandou e vigiou, botou a polícia em cima, botou o guarda municipal." "A gente mudou em novembro para cá, para o Brasil, porque o Brasil está muito melhor que o Canadá", concluiu a apoiadora.

Bolsonaro completou que o custo de vida subiu mundialmente. "O mais importante: o custo de vida no mundo todo, alimento, combustível, aluguel também tudo subiu de preço. O Brasil foi um dos países que menos subiram o preço das coisas. Quando cortei o IPI, por exemplo, ia subir muita coisa, veículos, motocicletas, linha branca. Não quer dizer que o IPI baixou preço na ponta da linha, mas não subiu. Infelizmente, o STF (Supremo Tribunal Federal) derrubou - STF não, Alexandre de Moraes - derrubou parte do IPI", reclamou.

Por fim, repetiu críticas aos governos argentino e venezuelano. "Viram como é que está a Argentina? Está no mesmo caminho que a Venezuela porque botaram a senhora (Cristina) Kirshner lá, o pessoal da esquerda para comandar aquele discurso de "todo mundo vai viver numa maravilha, tudo barato, de graça quase". Estão pagando um preço lá altíssimo", concluiu.

- Presidente afirma que **inflação** é mundial e custo de vida no Brasil foi um dos que "menos subiu"

Bolsos e mentes (Editorial)

Jair Bolsonaro (PL) seduz setores das corporações armadas com um ideário que vai da defesa de policiais e militares envolvidos em operações controversas até a apologia da ditadura, qualificação que rejeita, instaurada após o golpe de 1964.

"Meu Exército" é como o capitão reformado gosta de se referir à Força que deixou há mais de 30 anos para seguir carreira política. Sempre que pode, Bolsonaro usa a identificação com a caserna como instrumento de intimidação política e institucional -a atual pressão do Ministério da Defesa sobre o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) é apenas o exemplo mais recente.

Mas não é apenas com ideologia que o mandatário busca cooptar militares. Os bolsos das fardas também têm sido agraciados com benesses de dimensões e justificativas variadas em seu governo, em contraste com restrições orçamentárias enfrentadas pela maioria dos setores da administração.

Um exemplo vexatório é o da portaria editada em abril do ano passado para permitir o acúmulo de remunerações em valor acima do teto salarial do serviço público, hoje de R\$ 39,3 mil mensais.

Embora válida também para civis, a medida foi particularmente proveitosa para militares inativos que ocupam postos na gestão federal, casos do próprio Bolsonaro, em menor escala, do vice, Hamilton Mourão, e de ministros.

Como noticiou a Folha, o general da reserva Luiz Eduardo Ramos, titular da Secretaria-Geral da Presidência, engordou seus contracheques em R\$ 350,7 mil ao longo de 12 meses graças à norma, recebendo ao todo R\$ 874 mil no período.

Seu congênere Augusto Heleno, do Gabinete de Segurança Institucional, foi o segundo maior beneficiário na caserna, com R\$ 342 mil de um total de R\$ 866 mil. Ao todo, 43 reservistas se beneficiaram da portaria -que tem amparo legal, ressalve-se, mas claramente dribla o propósito do teto.

Há agrados mais amplos e custosos aos fardados. Por ocasião da reforma previdenciária, em 2019, eles obtiveram uma reestruturação vantajosa de carreira, o que destoava do controle de reajustes e contratações corretamente aplicado ao restante dos servidores.

Em consequência, dados do Tesouro Nacional apontam que o gasto federal com pessoal militar ativo

cresceu 5,7% acima da **inflação** sob Bolsonaro até 2021, enquanto os desembolsos com os funcionários civis tiveram queda de 8,4%.

O problema está menos na despesa mal justificada do que numa relação imprópria entre presidente e Forças Armadas, que inclui uma distribuição despropositada de cargos no Executivo e nas estatais -e aberrações como o envolvimento, voluntário ou não, na ofensiva contra o processo eleitoral.

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49909>

Militares escapam de aperto salarial na gestão de Bolsonaro

Gustavo Patu e Igor Gielow são paulo

Sob holofotes no governo de Jair Bolsonaro (PL), os militares brasileiros escaparam do aperto salarial aplicado sobre os gastos com o funcionalismo na gestão do capitão reformado do Exército, iniciada em 2019.

Segundo dados do Tesouro Nacional já corrigidos pela **inflação** medida pelo IPCA (índice Nacional de Preços ao Consumidor - Amplo), houve uma queda de 8,4% no dispêndio do Executivo com servidores civis da ativa de 2018, ano anterior à posse de Bolsonaro, para 2021. No período em questão, o gasto com os inativos caiu 3,3%.

Os militares foram em mão inversa de seus colegas sem farda: os do serviço ativo custaram 5,7% a mais no mesmo período, enquanto os inativos mereceram um aumento no gasto federal de 4,2%.

Em 2021, os fardados em serviço representaram gasto de R\$ 34,6 milhões para os cofres públicos, enquanto os civis na mesma condição geraram despesa de R\$ 137,2 milhões. A diferença cai quando os grupos analisados são de aposentados e pensionistas: R\$ 90,5 milhões para paisanos, R\$ 56,1 milhões com pessoal da Defesa.

Quando são colocados valores nominais, a diferença na variação fica ainda maior. O grupo militar ativo viu o gasto do governo com ele subir 26,8%, enquanto o civil registrou um aumento de 9,9%. Nos inativos, 25,1% e 16,1%, respectivamente.

Foi decisiva para a boa situação relativa dos militares a reforma de carreira e da Previdência do setor, aprovada em 2019 pelo Congresso a partir de uma iniciativa do Ministério da Defesa.

Sob o comando do então ministro Fernando Azevedo, a pasta aproveitou o capital político do primeiro ano do governo e obteve uma vitória, após quase duas décadas de demandas não atendidas.

Não houve, no período, uma mudança expressiva de contingente. O pessoal ativo flutua em torno de 360 mil homens, mais da metade no Exército. Servidores civis da ativa na folha de pagamento são 575 mil, outro número semelhante ao do fim de 2018.

A reforma sofreu críticas por favorecer mais militares de alta patente, além de atrair reclamação de outros setores do funcionalismo público.

Em alguns penduricalhos associados ao soldo básico do militar, como o chamado adicional de disponibilidade, promoveu-se 5% de aumento para praças e até 32% nos escalões superiores.

De forma geral, contudo, houve aumentos para todos os níveis hierárquicos (20 na Força Aérea, 19 no Exército e 16, na Marinha). Alguns chegaram a 49% de aumento com a aplicação dos dispositivos previstos na reforma.

A Folha procurou ouvir a Defesa sobre os dados, mas não obteve resposta até a conclusão desta edição. A argumentação usual dos militares é de que, em vez de ser lida como uma benesse para uma categoria politicamente elevada de status sob Bolsonaro, a reforma visava corrigir distorções históricas.

Pode ser, mas de todo modo as vantagens sempre são lidas no conjunto da reinserção dos militares como atores políticos no país. Bolsonaro cercou-se de oficiais-generais, alguns do serviço ativo, em altos cargos na Esplanada dos Ministérios. Mais de 6.000 fardados ocupam emprestados cargos civis na gestão federal, o que não é ilegal, mas é visto como uma distorção.

Os militares também foram incluídos no reajuste linear de 5% ao funcionalismo, anunciado pelo governo, o que foi alvo de críticas de outros servidores do Executivo.

Houve outras vantagens pontuais, como em portaria assinada pelo presidente em abril do ano passado.

Ela permitiu que cerca de mil servidores que tinham desconto na remuneração acumulada de salários e aposentadorias para respeitar o teto constitucional recebessem valores integrais.

Com isso, como a Folha mostrou, membros militares do alto escalão foram beneficiados, como Bolsonaro, o vice Hamilton Mourão (Republicanos) e os generais da reserva do governo. O maior aumento foi o de Luiz Eduardo Ramos (Secretária-Geral), que ganhou R\$

350 mil a mais no ano a partir da publicação da portaria por seu chefe.

As vantagens comparativas salariais também são vistas em outras áreas no campo militar. A Defesa conseguiu reservar um valor maior para investimentos do que outras pastas no Orçamento deste ano, por exemplo, embora isso não signifique necessariamente uma execução mais volumosa de recursos ao fim.

Manobras adotadas pela Defesa para driblar limitações com o teto de gastos acabaram não sendo reproduzidas para todos os programas prioritários da pasta, como os militares gostariam.

Politicamente, o preço de tal associação entre fardados e Bolsonaro é mensurado na especulação constante acerca da disposição dos militares de apoiarem arroubos autoritários do presidente, como sua intenção declarada de tumultuar o processo eleitoral ao divulgar suspeitas sobre as urnas eletrônicas.

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49909>

Governo Bolsonaro gasta mais com militares

Gasto com pessoal, em R\$ milhões

	Valores nominais				Varição 2019-21, em %
	2018	2019	2020	2021	
Ativos civis	124.838,30	136.555,20	135.817,06	137.164,86	9,9
Ativos militares	27.283,00	29.606,51	32.703,72	34.600,34	26,8
Inativos civis	78.003,85	88.438,30	90.968,82	90.543,17	16,1
Inativos militares	44.837,97	51.532,52	54.436,80	56.079,52	25,1

	Valores corrigidos (IPCA)				Varição 2019-21, em %
	2018	2019	2020	2021	
Ativos civis	149.794,50	157.085,90	149.480,30	137.164,90	-8,4
Ativos militares	32.737,60	34.057,80	35.993,70	34.600,30	5,7
Inativos civis	93.598,90	101.734,70	100.120,30	90.543,20	-3,3
Inativos militares	101.734,70	59.280,30	59.913,10	56.079,50	4,2

Fonte: Tesouro Nacional

Manifesto alarmista debaixo de fuzil - CONRADO HÜBNER MENDES

CONRADO HÜBNER MENDES

Intérpretes do Brasil não sabem responder ao enigma psicopolítico do nosso tempo: a sociedade brasileira fez pouco caso, por 30 anos, da vocação demasiadamente desumana de seu psicopata maior, sucedida por quatro anos de promessas de morte cumpridas, ou seu psicopata maior encarna desejo coletivo inconfesso? Foi um surto de autoengano suicida e democida, ou execução de plano homicida? Déficit cognitivo ou torpeza moral?

Bolsonaro foi culposamente mal compreendido ou dolosamente atizado? As 700 mil vidas, a Amazônia, os indígenas, a pobreza, a fome, a corrupção holística, o sigilo para interesse pessoal e a queda vertiginosa de indicadores de segurança e liberdade: sem querer ou sem querer querendo? Se 2018 deixava dúvidas, 2022 dificultará a vida no armário.

Meu assombro com Bolsonaro e com a afasia coletiva diante de sua repugnância espalhafatosa começou na adolescência, quando da tribuna um deputado defendia o fuzilamento do presidente FHC. Um tio militar, admirador da virilidade de Collor, assentia.

Em 2014, a rendição de Dilma perante deputado que forjou o "kit gay" e a levou a eliminar programas de inclusão e demitir gestores, já me despertava o alarmismo. Escrevi no Estadão: "Quando o medo da derrota sequestra lideranças que em silêncio desidratam projetos de implementação de direitos, o alarme passa a tocar" ("Reféns do bolsonarismo").

Em 2018, um dos mais histriônicos e violentos ativistas brasileiros, prestes a vencer as eleições, prometia jogar ativistas na ponta da praia (onde milicos desovavam corpos). Quando o presidente diz que te odeia, não é um ódio qualquer. É ódio do presidente. Nas tiranias do século passado, esse tipo de ativismo recebeu outros nomes.

Já sabíamos que **PIB** e PIBB (Produto Interno da Brutalidade Brasileira) não podiam crescer juntos de forma sustentável. A delinquência política não estava precificada. A ciência social e econômica avisava. A Faria Lima relinchava e Paulo Guedes rebojava.

Pagamos o preço intangível da omissão do Congresso Nacional diante de crimes de responsabilidade seriais

e submissão do procurador-geral da República diante de crimes comuns; do negacionismo político, climático e sanitário; do colaboracionismo amedrontado de instituições de estado e de partidos venais; da revogação tácita de capítulos da Constituição, cujas "quatro linhas" vão sendo traçadas por generais revanchistas contra a democratização.

O revanchismo que o STF, em 2010, tentou evitar ao interpretar a Lei de Anistia, fechando os olhos para crimes contra a humanidade, retornou contra o mesmo STF.

Enquanto perguntamos se haverá golpe, qual golpe e o que fazer quando o golpe vier, mal percebemos que o clima de golpe iminente já vai fazendo seu serviço: instituições eleitorais operam no limite do stress e do erro, reféns do assédio e desprovidos de meios para lidar com a metralhadora de desconfiança em massa. O TSE não tem fôlego para organizar eleições sob a mira de um fuzil.

O clima de golpe mantém em alerta falanges armadas e com instintos à flor da pele. Qualquer faísca pode provocar eventos isolados de violência, sair do controle e entornar o caldo. Instituições com medo entram em modo sobrevivência, tentadas a ceder.

Funciona assim a transição para um regime de eleições sem democracia, ou de autoritarismo eleitoral. Nesse regime, eleições servem ao autocrata.

Já sabemos bastante sobre 2022. Sabemos que não haverá eleições livres e pacíficas, pois irreversivelmente intoxicadas. Bolsonaro não reconhecerá eventual derrota. Forças Armadas o apoiarão. Presidente derrotado incitará convulsão social. Vencedor talvez não consiga assumir.

Sabemos também que um desastre repentino, velho truque da cartilha que manda incendiar o Reichstag para prender comunistas, pode eclodir. Choques fabricados em laboratório autocrático, se não neutralizados a tempo, desencadeiam emergência e o fechamento do regime. Militares não devem errar no próximo Riocentro.

O historiador Timothy Snyder recomenda "calma quando o impensável acontecer" ("Tiranias: vinte lições do século 20"). Mas não tanta calma. O impensável já

está acontecendo.

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49909>

Ministro de Minas e Energia cai dois dias após reajuste no preço do diesel

Julio Wiziack, Idiana Tomazelli e Matheus Teixeira

O presidente Jair Bolsonaro (PL) nomeou o economista Adolfo Sachsida como novo ministro de Minas e Energia, no lugar do almirante Bento Albuquerque, que foi exonerado a pedido, segundo consta na edição do Diário Oficial da União desta quarta-feira (11).

A substituição ocorre após mais uma queda de braço entre o presidente e Bento pelo controle de preços de combustíveis da Petrobras. A estatal anunciou na segunda-feira (9) um reajuste de 8,87% do diesel, o que irritou Bolsonaro, segundo relatos de assessores, e deflagrou nova onda de pressões sobre o governo para o lançamento de medidas para conter o preço dos combustíveis em ano eleitoral.

Essa é a terceira vez em que há demissão no governo após um aumento no preço dos combustíveis. Nas outras duas oportunidades, a troca ocorreu no comando da Petrobras.

De acordo com assessores, o presidente conversou com o ministro nesta terça, e Bento resistiu a qualquer tipo de intervenção na política de preços da Petrobras.

Em nota, o almirante afirmou que a decisão de deixar as Minas e Energia foi de "caráter pessoal e tomada em reunião entre ele e o presidente de forma consensual". Ele ocupava a pasta desde o início do governo, em 2019.

Sachsida, que assume a pasta, foi um dos primeiros aliados do presidente no início de sua campanha, em 2018, e ocupava o cargo de secretário especial do Ministério da Economia, de Paulo Guedes.

Para Bolsonaro, a sinalização de um controle de preço será fundamental em sua campanha pela reeleição. Assessores políticos detectaram que será preciso bater na Petrobras e sinalizar que o presidente está do lado do consumidor.

Pesquisa Datafolha mostrou que 68% dos brasileiros consideram que o presidente é o responsável pela alta da **inflação**, que vem sendo alimentada basicamente pelo aumento dos combustíveis e pela energia. O instituto Ipespe também mostrou em pesquisa recente, encomendada pela XP, que 83% preferem votar em

um candidato mais intervencionista na Petrobras.

Nos últimos dias, técnicos do governo voltaram a discutir possíveis soluções para segurar a alta de preços, entre elas o uso de dividendos pagos pela Petrobras à União para atenuar a alta dos preços nas bombas, mas não há ainda uma definição.

O governo, porém, enfrenta restrições orçamentárias para conseguir tirar qualquer medida do papel. De um lado, não há espaço dentro do teto de gastos para mais essa despesa, a não ser que haja cortes em outras áreas. De outro, técnicos não veem justificativas para abrir um crédito extraordinário, que permitiria gastos fora do teto.

A equipe econômica também tem se posicionado contra um subsídio direto ao preço dos combustíveis por considerar que a medida custaria caro e teria pouco efeito.

Além do conflito em relação ao reajuste, a relação de Bento com Bolsonaro já vinha estressada havia mais tempo, quando o ministro -para atender ao presidente- aceitou, em março, retirar do comando da Petrobras o general Joaquim Silva e Luna.

Para o lugar dele, Bento indicou o economista Adriano Pires, consultor do setor de óleo e gás cujo nome acabou sendo barrado pela política de recrutamento da petroleira.

O presidente responsabilizou Bento não só pela indicação fracassada como também pela proposta de adiamento da assembléia que, posteriormente, mudou a composição da diretoria da empresa.

O desgaste foi parar na conta do ministro, que, segundo Bolsonaro, não poderia ter dado aval para a indicação de Pires -um nome próximo aos políticos do centrão, base de apoio do governo no Congresso, e que atende empresas em conflito de interesses com a Petrobras.

Bento sugeriu então o nome de José Mauro Coelho, que presidia o conselho de administração da estatal PPSA (Pré-Sal Petróleo S.A.). A solução caseira deu certo. No entanto, Zé Mauro, como ele é conhecido no mercado, assumiu reforçando o compromisso com a política de preços da companhia, indicando que não

cederia à pressão do Planalto pelo controle dos reajustes.

O primeiro ataque de Bolsonaro contra ele surgiu logo após o anúncio do resultado da empresa no primeiro trimestre: um lucro de R\$ 44,5 bilhões, recorde para o período.

Pouco antes da divulgação do resultado, na quinta (5), Bolsonaro disse em sua live semanal que os elevados lucros da Petrobras são um "estupro" e que um novo reajuste nos preços dos combustíveis poderia quebrar o país.

"A gente apela para a Petrobras: "Não reajuste o preço dos combustíveis". Vocês estão tendo um lucro absurdo. Se continuar tendo lucro dessa forma e aumentando o preço dos combustíveis, vai quebrar o Brasil", disse o presidente.

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49909&anchor=6455809&pd=f2caa4f3dddec3a4089a134bc58240f8>

Bolsonaro insinua guerra civil - VINICIUS TORRES FREIRE

VINICIUS TORRES FREIRE

A **inflação** anual é a maior em quase 20 anos. Passou de 12% em abril. Deve permanecer acima de 10% até setembro, à beira da eleição. Em grande parte, é resultado de choques mundiais graves, piorados pela desvalorização brutal do real em 2020 e 2021.

Qualquer governo teria dificuldade de ao menos atenuar esses choques (Covid e suas sequelas, crise de energia, Guerra da Ucrânia etc.). Em um país com estabilidade econômica e política, a alta do dólar poderia ter sido menor.

É fácil perceber que a economia fica à deriva em um país desgovernado, submetido aos objetivos de um projeto autoritário e sob a regência da incompetência e de parlamentares negociatas.

O indivíduo que ocupa a cadeira de presidente procura então não apenas camuflar a ruína, mas o faz reafirmando seu programa de desmonte, "contra o sistema". Junta a fome com a vontade de poder autoritário, até mesmo por meio do conflito armado.

Faz tempo que a ingenuidade tola ou conivente afirma que Jair Bolsonaro lança cortinas de fumaça quando aparecem mais notícias sobre a ruína que promove. É uma verdade mal compreendida por quem a enuncia.

A fumaça é tóxica, uma arma química. A cada lançamento de gases venenosos o país e suas instituições são intoxicadas com ameaças mortais.

Nesta quarta-feira, por exemplo, Bolsonaro reafirmou seu programa de poder, desta vez o associando à possibilidade de guerra civil. Não é bem novidade, em sua carreira de crimes, em que já pregou o conflito armado, morte em massa, fuzilamentos, tortura e genocídio de indígenas.

"Somente os ditadores temem o povo armado. Eu quero que todo cidadão de bem possua sua arma de fogo para resistir, se for o caso, à tentação de um ditador de plantão", começou Bolsonaro, com sua defesa habitual do armamento civil. Armas serviriam para a defesa de ameaças externas (contra a invasão da Amazônia, por exemplo), mas não principalmente.

"Vocês sabem que a pior ameaça não é externa, é

interna, de comunização do nosso país. Nós não chegaremos na situação em que vive atualmente a Venezuela", discursou o indivíduo que ocupa a cadeira de presidente da República.

O que é a "comunização"? Poderia ser qualquer coisa, pois Bolsonaro e sua seita já disseram que todos os governos, depois da ditadura até o dele, foram de esquerda. Já disse que venceu a eleição de 2018 no primeiro turno, mas foi roubado. Vale tudo. Mas Bolsonaro definiu o inimigo que pode ser objeto de revolta armada.

"Todos nós sabemos quem defende aquele regime e quem defende seu ditador. Não queremos cores diferentes da verde e amarela na nossa terra. Dizer a vocês que o outro lado quer exatamente o diferente de nós. Nós defendemos a família, nós somos contra o aborto, somos favoráveis ao armamento para o cidadão de bem, somos contra a ideologia de gênero, nós somos pela liberdade da nossa economia e somos acima de tudo pela nossa liberdade de expressão" - assim definiu o "outro lado", que defende a "comunização" do Brasil.

É um programa, é uma ameaça, é um projeto de subversão da ordem (não há Poderes instituídos, o Estado deixa de ter o monopólio legal da força, "inimigos" políticos em última ou em alguma instância podem ser objeto de revolta armada).

"E para vocês, família brasileira, a arma de fogo é uma defesa da mesma e é um reforço para as nossas Forças Armadas porque o povo de bem armado jamais será escravizado". As Forças Armadas teriam o apoio de algo como milícias.

Sim, parece um projeto de Venezuela, diga-se de passagem. Mais grave, por ora, é que a baderna e a subversão armadas entraram de vez na conversa, assim como Bolsonaro já normalizara tantas atrocidades.

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49909&anchor=6455809&pd=f2caa4f3dddec3a4089a134bc58240f8>

IPCA vai a 1,06% em abril, maior índice para o mês desde 1996

Douglas Gavras

A **inflação** medida pelo IPCA bateu em 1,06% em abril, segundo informou nesta quarta (11) o IBGE.

É a maior variação para o mês desde 1996. Em 12 meses até abril, a **inflação** ficou em 12,13%, maior patamar desde outubro de 2003 (13,98%). Em março de 2022, o IPCA já havia pesado no bolso dos brasileiros, atingindo o maior patamar em 28 anos e subindo 1,62%.

Em abril, os principais impactos vieram de alimentação e bebidas (2,06%) e dos transportes (1,91%). Juntos, os dois grupos contribuíram com cerca de 80% do IPCA de abril.

O resultado para o mês veio em linha com o esperado por analistas do mercado. Aqueles ouvidos pela agência Bloomberg esperavam alta de 1,01%, na comparação mensal, e de 12,07%, na anual.

Em alimentos e bebidas, a alta foi puxada pela elevação dos alimentos para consumo no domicílio (2,59%). O leite longa vida teve alta de 10,31%. Também houve aumento em itens, como a batata-inglesa (18,28%), o tomate (10,18%), o óleo de soja (8,24%), o pão francês (4,52%) e as carnes (1,02%).

Para o óleo de soja, o resultado está mais relacionado à alta das commodities, que acaba influenciando nos custos de produção. Nos alimentos in natura, como a batata-inglesa e o tomate, houve problemas de colheitas, explica o pesquisador. Para o leite, pesaram os custos de produção.

Entre as capitais, no mês, a maior alta foi no Rio de Janeiro, de 1,39%, enquanto Salvador teve a menor variação em abril, de 0,67%. Em 12 meses, a maior variação foi em Curitiba (14,82%).

No caso dos transportes, a elevação foi puxada, sobretudo, pelo aumento nos preços dos combustíveis que continuaram subindo (3,20%). Assim como no mês anterior, o destaque foi a gasolina (2,48%), produto com maior na alta do índice do mês (0,17 ponto percentual).

A expectativa é de novos impactos nos próximos meses, com os aumentos dos combustíveis. Desde

terça-feira (10), está valendo o novo aumento do diesel anunciado pela Petrobras, de 8,87% nas refinarias, o que significa uma mudança de R\$ 0,40 no litro do combustível -de R\$ 4,51 para R\$ 4,91.

O aumento de maio deve deixar a **inflação** do diesel próxima de 60% em 12 meses, encarecendo fretes, transporte público e máquinas agrícolas, segundo economistas.

A elevação no preço do diesel -que interfere diretamente no cotidiano dos caminhoneiros e indiretamente nos preços de produtos transportados- ocorre menos de dois meses após a alta anterior, em 11 de março, quando o litro do combustível ficou R\$ 0,90 mais caro.

O IPCA também registrou aceleração do grupo Saúde e cuidados pessoais (1,77%), que decorre principalmente da alta observada nos preços dos produtos farmacêuticos (6,13%).

Por outro lado, o que ajudou a frear o IPCA em abril, na comparação com março, foi a queda da energia elétrica, diz André Filipe Guedes Almeida, do IBGE. O grupo habitação (-1,14%) foi o único a apresentar variação negativa em abril, devido à queda nos preços da energia elétrica (-6,27%), devido às mudanças nas bandeira tarifária ocorridas naquele mês, explica o pesquisador.

Mesmo em desaceleração, na comparação com março, a **inflação** se espalhou ainda mais em abril, com índice de difusão de 78,25%. Os produtos alimentícios tiveram difusão de 79% (ante 74% no mês anterior), já os não alimentícios, de 78%. A difusão de abril é a mais alta desde janeiro de 2003 (85,94%).

Este é um dos indicadores mais importantes registrados pelo IPCA no mês, avalia o economista e pesquisador André Braz, do Ibre FGV (Instituto Brasileiro de Economia, da Fundação Getúlio Vargas).

"Esse espalhamento das pressões inflacionárias é preocupante, por significar que a **inflação** está presente em tudo aquilo que nós consumimos no cotidiano e aumenta a persistência da **inflação**, colocando uma dúvida na mesa: até onde o Banco Central terá de atuar no aumento de juros?" Ele reforça que o BC já sinalizou que poderá voltar a subir

os juros e isso deve mesmo acontecer. "Dentro desse contexto, bens duráveis tiveram altas e serviços, como táxi e passagens aéreas, registraram aumentos. O desafio do BC hoje é grande." Nos itens de serviços, que avançaram 0,66% no mês, as passagens aéreas foram responsáveis pela maior pressão de preços (9,48%). Em 12 meses, os serviços avançaram 6,94% (ante 6,29% em março).

"Temos um cenário de retomada de empregos e precisamos aguardar para ver como isso vai pesar nos próximos meses sobre a demanda por serviços", diz Almeida.

"A alta de custos, principalmente de combustíveis e gás de botijão, tem influenciado mais na alta de **inflação** do que a alta de serviços." No mês anterior, a **inflação** dos alimentos que fazem parte da cesta básica havia disparado no Brasil, superando a marca de 20% no acumulado de 12 meses, de acordo com um estudo de economistas da PUCPR (Pontifícia Universidade Católica do Paraná).

O levantamento cita que a alta de preços veio em um contexto de pressões do clima adverso, do encarecimento dos custos de fretes e da Guerra da Ucrânia.

"Apesar do resultado bem próximo, é preciso destacar dois grandes desvios concentrados e antagônicos que se anularam. O primeiro é no item de higiene pessoal, que veio acima do esperado. Na contramão, gasolina teve resultado mais baixo do que o projetado, visto que subiu "apenas" 2,48%, ante a perspectiva de alta de 3,5%", diz Étore Sanchez, economista-chefe da Ativa Investimentos.

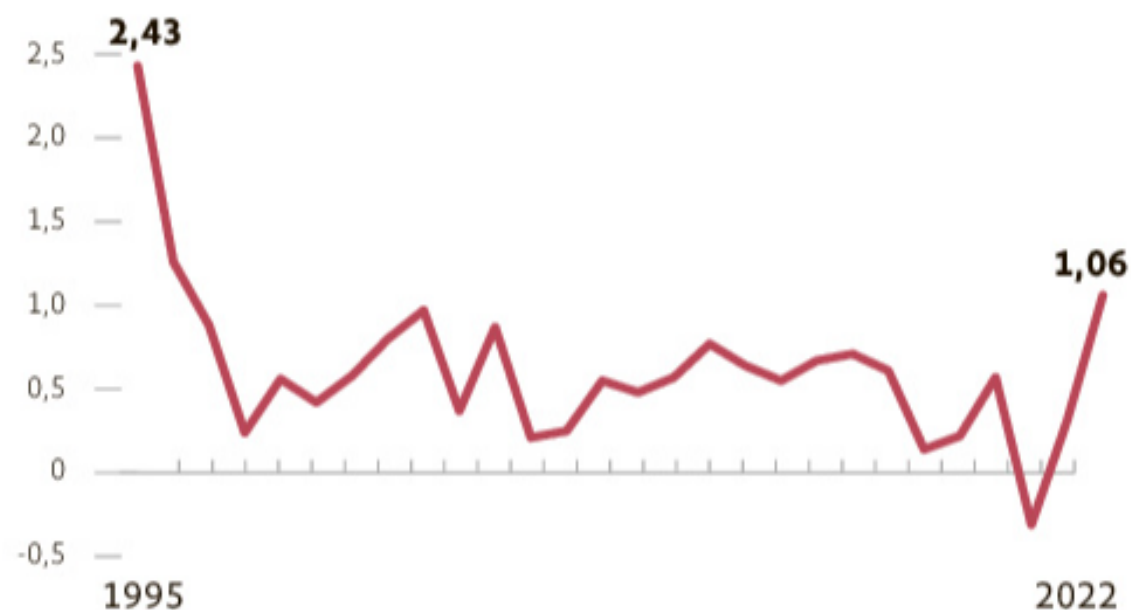
Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49909&anchor=6455809&pd=f2caa4f3dddec3a4089a134bc58240f8>

Inflação em abril

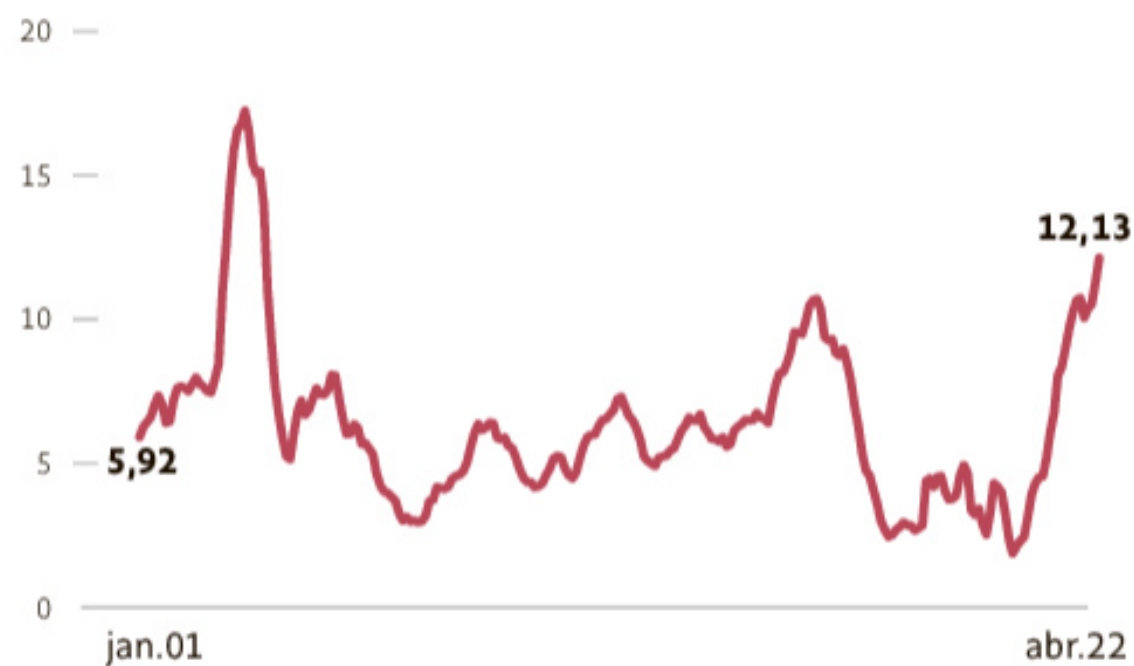
IPCA mensal

Inflação para o mês de abril, em %



IPCA no acumulado de 12 meses

Varição em %



Fonte: IBGE

Brasil registra a 3^o inflação mais alta das Américas e a 4^o no G20

Eduardo Cucolo

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49909&anchor=6455809&pd=f2caa4f3dddec3a4089a134bc58240f8>

A **inflação** ao consumidor no Brasil se manteve em abril entre as três maiores nas Américas, atrás apenas de Venezuela e Argentina, países que já viviam uma situação de descontrole inflacionário antes das pressões geradas pela pandemia e pela Guerra da Ucrânia.

O índice de preços ao consumidor atingiu 12,1% no acumulado em 12 meses em abril, segundo dados do IPCA.

Na Venezuela, o índice local acumula alta de 222% no mesmo período. Na Argentina, de 55% no acumulado até março (ainda não há dados para o mês passado).

Paraguai, Jamaica e Chile completam a lista de países na região com índices acima de dois dígitos. Os EUA, que registram **inflação** de 8,3% no acumulado até abril, ocupam a 10a posição, segundo levantamento feito na plataforma Trading economics.

Embora disseminada em praticamente todos os países, a alta da **inflação** chegou antes ao Brasil e tem se mostrado mais resistente por aqui, o que tem sido uma preocupação adicional para os planos de reeleição do presidente Jair Bolsonaro (PL).

Nesta quarta-feira (11), após a demissão de Bento Albuquerque do Ministério de Minas e Energia, o presidente disse que "o Brasil foi um dos países que menos subiu o preço das coisas".

Entre as economias do G20, o Brasil perdeu recentemente a terceira posição entre aqueles com maior **inflação** para a Rússia, que sofre sanções relacionadas à guerra. Dentro desse grupo, o país está agora na quarta posição, atrás também de Turquia e Argentina.

A **inflação** média do G20 para dados divulgados em abril é de 6,6%, quando se exclui a Turquia. Com uma **inflação** de 70% em 12 meses, o país puxa a média para quase 11% quando colocado na amostra.

Os países desenvolvidos têm sofrido mais por com os preços de combustíveis e outros itens ligados ao fornecimento de energia. Já os emergentes sofrem adicionalmente com a questão dos alimentos.

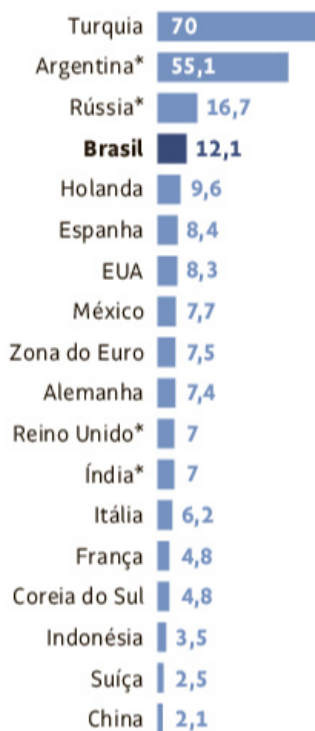
Brasil tem a 3ª maior inflação nas Américas

Índice de inflação ao consumidor,
% acumulado em 12 meses até abril



Brasil tem 4º maior índice de inflação entre economias do G20

Índice de inflação ao consumidor,
% acumulado em 12 meses até abril



*Países com índice acumulado até março | Fonte: Tradingeconomics.com

UE anuncia fim da exigência de máscaras em aviões e aeroportos

A União Europeia deixará de exigir o uso de máscaras em aviões e aeroportos, informou nesta quarta-feira (11) a agência que regula o transporte aéreo no bloco. A suspensão começa a valer na próxima segunda-feira (16).

Patrick Ky, diretor-executivo da Agência Europeia para a Segurança da Aviação (AE-SA), disse em **comunicado** que a medida é "um grande passo para a normalização do transporte aéreo". Países como Itália, França e Bulgária, que integram a UE, já vinham promovendo flexibilizações de regras sanitárias, derrubando a obrigatoriedade de máscaras no transporte público.

Ky salientou, no entanto, que o item continua a ser uma das melhores formas de proteção contra a transmissão do coronavírus, sobretudo para pessoas vulneráveis. "Um passageiro que estiver tossindo ou espirrando deve considerar usar uma máscara para tranquilizar os que estão sentados nas proximidades." A AESA afirma que as regras sobre o tema "continuarão a evoluir após essa data [segunda-feira], dependendo das companhias aéreas", e que as empresas do setor devem adotar uma estratégia definida pelo órgão como pragmática.

Como exemplo, o uso de máscara será recomenda do para voos com origem ou destino em lugares que exigem seu uso no transporte público. "Os passageiros devem se comportar com responsabilidade e respeitar as decisões daqueles que os rodeiam", afirma o **comunicado**.

A IATA, principal associação de companhias aéreas do mundo, celebrou o novo protocolo da UE, dizendo que ele dá aos viajantes "a liberdade de escolher se levam ou não uma máscara", indicou Willie Walsh, seu diretor-geral.

"[Os passageiros] podem viajar tranquilos sabendo que muitas das características da cabine do avião, como a alta frequência com que o ar é trocado e os filtros de alta eficiência, fazem desse um dos lugares mais seguros [em relação à contaminação pelo coronavírus]", afirmou.

O órgão pediu aos viajantes que sejam respeitosos com a decisão de outras pessoas que preferiram continuar a usar máscaras voluntariamente - ainda que

os números estejam mais controlados no continente, países como França e Alemanha mantêm altos índices de transmissão da Covid.

Analistas avaliam que a flexibilização pode ajudar o setor de turismo, um dos mais impactados pelas restrições impostas para frear a pandemia, a retomar certa normalidade na Europa. Às vésperas do verão no hemisfério Norte, o órgão de supervisão de tráfego aéreo europeu espera que o volume volte a um nível equivalente a 95% da atividade de 2019 -apesar dos efeitos da Guerra da Ucrânia, dos preços do petróleo e da **inflação**.

A IATA admitiu, porém, que no contexto internacional o quadro é mais complexo. "Embora o protocolo europeu entre em vigor na próxima semana, não há uma estratégia global consistente em relação ao uso de máscaras a bordo de aeronaves", ressaltou Walsh.

Nos EUA, o fim da obrigatoriedade do uso das máscaras em voos e em outros meios de transporte por uma decisão judicial gerou um intenso debate no mês passado.

No dia 18 de abril, uma juíza federal anulou a decisão do governo de continuar exigindo o uso das máscaras no transporte público, inclusive aéreo, levando a Administração de Segurança dos Transportes (TSA, na sigla em inglês) a suspender a exigência. A magistrada argumentou que as autoridades de saúde estavam excedendo suas atribuições ao tornarem o acessório de proteção obrigatório.

O Departamento de Justiça do país afirmou que recorrería da decisão, mas até agora não contestou a ação.

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49909&anchor=6455809&pd=f2caa4f3dddec3a4089a134bc58240f8>

Governo zera imposto de importação de carnes, trigo, bolacha e vergalhões

Bernardo Caram e Fernanda Brigatti

A Camex (Câmara de Comércio Exterior) reduziu tarifas de importação de dois tipos de vergalhões de aço e, em mais uma tentativa de reduzir a pressão sobre a **inflação**, zerou as alíquotas de 7 alimentos, informou o Ministério da Economia nesta quarta (11).

Fazem parte da lista carnes desossadas de bovinos (sujeito até então a uma tarifa de 10,8%), pedaços de frango (9%), farinha de trigo (10,8%), trigo (9%), milho em grãos (7,2%), bolachas e biscoitos (16,2%) e outros produtos de padaria e pastelaria (16,2%).

A redução das alíquotas entra em vigor nesta quinta-feira (12) e valerá até 31 de dezembro. Os itens serão incluídos entre as cem exceções a que o país tem direito para alterar tarifas de maneira unilateral, sem necessidade de discussão com o Mercosul.

Para isso, foram excluídas do rol medicamentos, lâmpadas de LED, cabo condutor de alumínio e queijo muçarela, entre outros itens.

O governo também reduziu de 10,8% para 4% o imposto de importação de dois tipos de vergalhão de aço (CA50 e CA60). Na segunda-feira (9), um membro do governo havia afirmado que a alíquota seria zerada integralmente para importação de aço, o que derrubou as ações de siderúrgicas na Bolsa.

Executivos do Aço Brasil, que representa o setor, reuniram-se com o ministro da Economia, Paulo Guedes, para tentar convencer o governo a ignorar o pleito do setor da construção civil pela redução das tarifas de vergalhões.

Apesar de a tarifa não ter sido zerada, o setor da construção civil comemorou o corte como uma conquista após meses de negociação com o governo federal. Estimativa da Cbic (Câmara Brasileira da Indústria da Construção) aponta que o aço responde, em 18 meses, por 22% do aumento do custo de construção de um bloco de quatro pavimentos.

A entidade que representa as siderúrgicas foi procurada nesta quarta, mas não respondeu. À coluna Paineis S.A., na terça, o presidente-executivo da Aço Brasil, Marco Polo de Mello Lopes, disse que a indústria da construção usou dados distorcidos para

convencer o governo de que a redução era necessária.

O governo também cortou a tarifa de dois insumos para agropecuária -ácido sulfúrico, de 3,5% para zero, e o fungicida mancozebe, de 12,6% para 4%.

O custo da medida é estimado pelo Ministério da Economia em R\$ 700 milhões neste ano.

De acordo com a secretária-executiva da Câmara de Comércio Exterior (Camex), Ana Paula Repezza, a redução para os produtos alimentícios e agrícolas foi feita com o objetivo de frear o impulso inflacionário.

Repezza disse que, embora o corte da tarifa dos vergalhões acabe tendo impacto sobre a **inflação**, a demanda nesse caso era técnica e estava em análise havia oito meses no governo. Segundo ela, a Camex não recebeu novos pleitos de corte de tarifa de outros tipos de produtos do aço.

No caso dos produtos retirados da lista, os técnicos da pasta argumentaram que a decisão foi tomada em razão do baixo fluxo de importação desses itens ou porque haverá situações com efetiva redução do imposto -no caso de produtos que haviam sido incluídos na lista para serem taxados acima da alíquota da Tarifa Externa Comum (TEC).

Em março, a Camex já havia zerado as alíquotas para etanol e seis tipos de alimentos -café moído, margarina, queijo, macarrão, açúcar e óleo de soja. Na ocasião, o Ministério da Economia também argumentou que a iniciativa fazia parte de um esforço para conter a **inflação** elevada.

Na tentativa de mitigar pressões sobre preços, o governo adotou outras medidas na área. Em novembro, ao implementar sem o apoio do Mercosul um corte de 10% da alíquota para um grupo de produtos que engloba 87% do universo tarifário do país, o governo disse que havia urgência para lidar com a alta de preços.

"Sabemos que a **inflação** é um fenômeno global e que temos que diminuir o impacto sobre a nossa população", disse o secretário-executivo do Ministério da Economia, Marcelo Guaranyis.

Segundo ele, o governo segue buscando diálogo com o Mercosul para fazer uma redução maior da TEC.

A redução já foi vista como vitória no segmento. José Carlos Martins, presidente da Cbic (Câmara Brasileira da Indústria da Construção), diz que a importação de aço no setor é complicada devido à quantidade de regras de proteção e certificações.

Os primeiros pedidos encaminhados ao Planalto datam de setembro de 2020, ainda no primeiro ano da pandemia, quando o mercado de incorporação imobiliária registrava uma aceleração nas contratações e lançamentos. Na época, o pleito do setor era pelo imposto zero.

Com a redução temporária do imposto, a tendência é que as construtoras retomem as compras.

Em 2021, a Coopercon-PR (Cooperativa da Construção no Paraná) organizou a importação de 40 mil toneladas de aço vindas da Turquia. Foram duas rodadas de compras que atenderam cerca de 140 incorporadoras brasileiras.

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49909&anchor=6455809&pd=f2caa4f3dddec3a4089a134bc58240f8>

Lula diz que não haverá teto de gasto se vencer

Catia Seabra e Victoria Azevedo

O ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) afirmou nesta quarta (11) que não haverá um teto de gastos em seu governo, caso seja eleito presidente.

"Não haverá teto de gastos no meu governo. Não que eu vá ser irresponsável, gastar para endividar o futuro da nação. Vai ter que gastar no que é necessário", afirmou.

Durante reunião com reitores de universidades mineiras em Juiz de Fora (MG), o ex-presidente afirmou ser necessário investir em ativos rentáveis, sendo a educação um deles.

Lula disse ainda que o que diminui o peso das despesas em relação ao **PIB** (Produto Interno Bruto) é o crescimento econômico, não o corte orçamentário.

Líder nas pesquisas eleitorais, ele afirmou ainda que o governo Bolsonaro não sabe o que faz na economia e reforçou seu discurso contra as privatizações.

"Quero dizer ao governo brasileiro e aos empresários: 'Pare de tentar privatizar as nossas empresas públicas'. Quem se meter a comprar a Petrobras vai ter que conversar conosco depois das eleições. Parem de tentar privatizar a Eletrobras, os Correios. Não tente privatizar a Caixa Econômica, o BNDES. Aprendam a trabalhar, a investir, a fazer política econômica ao invés de vender as coisas que já estão prontas", afirmou Lula.

Ao discursar para apoiadores durante plenária na cidade de Juiz de Fora, ele comentou ainda a troca no comando do Ministério de Minas e Energia ao criticar o preço dos combustíveis.

"O presidente da República ao invés de ter coragem de colocar a mão na massa e resolver o problema, ele fica trocando de presidente da Petrobras e de ministro da Energia. Ele não sabe o que está fazendo nesse país", disse.

Bolsonaro nomeou Adolfo Sachsida como novo ministro de Minas e Energia, no lugar de Bento Albuquerque. A troca ocorre dias após a Petrobras anunciar um novo reajuste no preço do diesel.

O ex-presidente afirmou ainda que "metade da **inflação**" que afeta o país é decorrência de preços controlados, como energia elétrica e combustível.

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49909&anchor=6455809&pd=f2caa4f3dddec3a4089a134bc58240f8>

Lucro do Banco do Brasil aumenta 35% e soma R\$ 6,6 bi no 1º trimestre

Lucas Bombana

O Banco do Brasil reportou lucro líquido ajustado de R\$ 6,6 bilhões no primeiro trimestre de 2022, o que equivale a um crescimento de 34,6% na comparação com o mesmo período do ano passado e de 11,5% em relação ao trimestre imediatamente anterior, segundo balanço divulgado nesta quarta (11).

Foi o maior lucro já apresentado pelo banco em um trimestre, sem considerar o ajuste pela **inflação**.

"O lucro recorde pelo quinto trimestre consecutivo demonstra nosso compromisso com a originação de negócios robustos, controle de custos, proximidade com nossos clientes, aceleração da nossa transformação digital e geração de impactos sociais e ambientais positivos para toda sociedade", disse Fausto Ribeiro, presidente do BB, em nota.

Segundo o banco, o resultado é explicado pelo crescimento do crédito, com performance positiva em todos os segmentos, pelo crescimento da margem financeira bruta (juros cobrados menos juros pagos aos clientes) e pelo bom desempenho das receitas de prestação de serviços.

"Estamos confiantes em entregar um lucro líquido ajustado na ponta alta do guidance [estimativa]", afirmou Ribeiro. O banco projeta um lucro entre R\$ 23 bilhões e R\$ 26 bilhões para 2022.

A carteira de crédito do banco público alcançou R\$ 883,5 bilhões ao final de março, um aumento de 16,4% no ano contra ano e de 1% na margem.

Já a taxa de inadimplência acima de 90 dias passou para 1,89% no primeiro trimestre, ante 1,95% em março de 2021 e 1,75% em dezembro passado. O aumento ficou dentro das expectativas, segundo o BB.

Ribeiro disse que a elevação observada no trimestre faz parte da estratégia de avanço em linhas de melhores retornos e, conseqüentemente, maior risco, na carteira de pessoas físicas.

"Tal risco, entretanto, está absolutamente controlado, e a trajetória de alta da inadimplência em 2022 continuará gradual, atingindo patamar confortável ao final do ano, em nível inferior ao observado no período

pré-pandemia." A PCLD (Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa) somou R\$ 2,75 bilhões e aumentou 9,3% ante o primeiro trimestre do ano passado, mas com recuo de 27,3% em relação ao último trimestre de 2021.

A carteira pessoa física cresceu 14,9% ante março de 2021, para R\$ 268,8 bilhões, com destaque para a performance positiva do crédito consignado (alta de 12,1%), do cartão de crédito (54,1%) e do empréstimo pessoal (33,0%). No trimestre, a carteira cresceu 1,2%

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49909&anchor=6455809&pd=f2caa4f3dddec3a4089a134bc58240f8>

Lula-lá do Bolsonaro - FLÁVIA BOGGIO



FLÁVIA BOGGIO

Com o lançamento do jingle do candidato Luiz Inácio Lula da Silva, com artistas como Pablo Vittar, Martinho da Vila, Duda Beat, Maria Rita e Lenine, a equipe de Jair Bolsonaro decidiu produzir uma música mais impactante do que "Lula Lá".

A assessoria do presidente saiu em uma corrida para recrutar os artistas bolsonaristas mais relevantes da atualidade. Como "bolsonarista" e "relevância" são duas palavras antônimas, a equipe apelou para qualquer indivíduo que já tivesse gravado uma música ou, até mesmo, não feito nada, o que é uma característica comum entre os apoiadores de Bolsonaro.

Um dos grandes nomes a favor de Bolsonaro, Paulo Cintura vai animar os backing-vocals. Na música, o ex-integrante da "Escolinha do Professor Raimundo" vai trocar o bordão "saúde é o que interessa, o resto não tem pressa" por "saúde pode esperar, a economia não pode parar".

Dono de um único sucesso no axé, o autodeclarado "gay conservador" Netinho se diz um "soldado de Bolsonaro", como uma ovelha defende o lobo. Vê na campanha uma chance de emplacar algum sucesso, já que o autor de "Milla" proibiu o uso da canção, avisando que a musa é de esquerda.

Depois de ser substituída por Mario Frias na secretaria

da Cultura e continuar apoiando Bolsonaro, Regina Duarte provou não se abalar diante de qualquer humilhação. Vai cantar versos como "eu tenho medo", "pum do palhaço faz a alegria da criançada" e "caipirinha de maracujá".

Um nome de peso para a campanha é Digão do Raimundos. Lembra dele? Nós também não. Mas em recente entrevista, disse que vai votar 22 mesmo sem apoiar o presidente, mostrando que, assim como o McPicanha, dá para ser bolsonarista sem Bolsonaro.

Outro artista que deve integrar o time é Roger do Ultraje a Rigor. O fato de ter feito sucesso apenas nos anos 1980 explica seu amor por governos medíocres e alta **inflação**. Com a migração de Patati Patatá para o Podemos, vai cumprir a cota de artistas infantis.

Uma equipe de publicitários e integrantes da quinta série já foi contratada para escrever a canção. A referência teria sido "We Are the World", mas, em vez do fim da fome na África, a canção vai defender o fim da fome de picanha e leite condensado do Exército. Os cachês serão pagos em 27 depósitos, no total de R\$ 89 mil.

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49909>

Desigualdade e exclusão social nas grandes cidades podem inviabilizar desenvolvimento

(Artigo)

Cláudio Bernardes *Engenheiro civil e vice-presidente do Secovi-SR A Casa do Mercado Imobiliário*

É fato que a urbanização tem sido uma das forças motrizes mais significativas do desenvolvimento global recente. Atualmente, as cidades respondem por cerca de 80% do **PIB** gerado em todo o mundo.

No entanto, se por um lado a urbanização impulsiona a economia global, por outro, a desigualdade e a exclusão social dentro das cidades, cada vez mais evidentes, podem acabar inviabilizando o progresso do desenvolvimento.

Nesse contexto, a comunidade internacional reconhece a necessidade de se criar cidades mais inclusivas e garantir que as pessoas possam colher de forma mais igualitária os benefícios da vida urbana.

Segundo o Banco Mundial, um em cada três residentes urbanos no mundo em desenvolvimento ainda vive em submoradias, com serviços inadequados e baixa qualidade devida. Para garantir que as cidades de amanhã ofereçam oportunidades e melhores condições de vida para todos, é essencial entender que o conceito de cidades inclusivas envolve uma complexa teia de múltiplos fatores espaciais, sociais e econômicos.

Inclusão urbana requer o atendimento de necessidades básicas como moradia, água e saneamento. Uma cidade inclusiva precisa ainda garantir a participação de todos na vida da cidade. Além disso, é indispensável dar aos moradores urbanos a oportunidade de aproveitar os benefícios do crescimento econômico, o que se configura um componente crítico da inclusão urbana.

Embora a inclusão seja claramente uma questão multifacetada, as intervenções tradicionais se concentraram principalmente em melhorias físicas, como urbanização de favelas, por exemplo. Num esforço para combater a pobreza urbana de forma mais eficaz, o Banco Mundial propõe que seja desenvolvida uma abordagem holística que integre todas as três dimensões da inclusão urbana: espacial, social e econômica.

Projetar intervenções inovadoras e multidimensionais para criar cidades inclusivas requer soluções multissetoriais. Isso implica combinar abordagens espaciais (acesso a terra, infraestrutura e moradia) com intervenções sociais (inclusão dos marginalizados, desenvolvimento comunitário, investimento na prevenção do crime e da violência), e medidas econômicas (geração de empregos para todos, educação e capacitação, estratégias econômicas para os mais carentes, acesso a crédito e financiamento).

Há que se combinar soluções 'preventivas' e 'corretivas', que permitam o planejamento proativo para o crescimento futuro, com abordagens que possibilitem a restauração de distorções que tenham ocorrido.

Embora seja recomendado um enfoque multidimensional e integrado, nem sempre é possível implementar operações que visem todos os aspectos da inclusão de uma só vez. Em alguns casos, as intervenções precisam ser ampliadas ou reduzidas, com base no contexto e necessidades.

Quando se trata de construir cidades inclusivas, os níveis mais elevados de governo devem fortalecer a capacidade dos municípios de lidar com a raiz dos problemas. É importante garantir que os governos locais tenham respaldo político, poderes delegados e recursos suficientes para tornar a inclusão urbana uma realidade.

Contudo, dentro das possibilidades de os municípios atuarem nessa questão, está, por exemplo, a adequada formulação dos planos diretores, que podem tornar-se instrumentos relevantes no combate à exclusão urbana. Reúnem as condições necessárias para atuar nas abordagens relacionadas com forma de ocupação dos espaços, e na indução ao desenvolvimento econômico.

A estruturação de modelos de uso e ocupação do solo, que permitam reduzir os custos da produção habitacional e otimizar a ocupação das áreas com melhor infraestrutura, certamente pode ser um

caminho importante para tornar as cidades mais inclusivas.

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49909>

É crucial voltar a investir no País (Editorial)

Se bem conduzido a partir do início do governo que tomará posse no dia 1.º de janeiro de 2023, um programa de modernização da infraestrutura do País levará duas décadas para ser concluído com resultados que assegurem o crescimento contínuo da economia brasileira. Além de boa gestão pública, item de que o Brasil carece agudamente desde a posse de Jair Bolsonaro na Presidência da República, um programa com essas características exigirá muito mais recursos - públicos e privados, sobretudo estes - do que tem sido aplicado nos últimos anos. O desafio é imenso, não apenas para assegurar os investimentos necessários, mas, sobretudo, para estabelecer regras claras e estáveis que estimulem a entrada de capital privado e garantam sua adequada remuneração e, no setor público, critérios de transparência e de planejamento que evitem o arbítrio e o desvio de finalidade e de recursos.

"Ainda não conseguimos alterar de forma material a trajetória de investimentos em infraestrutura", diz o economista Cláudio Frischtak, da consultoria Inter.B, na apresentação da Carta de Infraestrutura na qual se analisam o fluxo e o estoque dos investimentos a partir de 2010, com projeções para 2022. Investe-se muito pouco. No ano passado, os investimentos alcançaram 1,73% do Produto Interno Bruto (**PIB**).

Em 2022, segundo projeções da consultoria, devem ficar em 1,71%. A modernização exige pelo menos 3,64% do **PIB** durante 20 anos.

A trajetória de queda dos investimentos se observa desde 2013, quando surgiram os primeiros sinais da grave crise econômica causada pela irresponsável política econômica do governo petista de Dilma Rousseff e que se agravaria até 2016, ano em que ela foi afastada do cargo. A pequena melhora observada a partir de 2020 nos investimentos públicos não decorreu de alguma decisão adequada do governo Bolsonaro, mas da iniciativa de governos estaduais.

Mesmo quando as estatísticas mostravam volume expressivo de investimentos, especialmente do setor público, o resultado não era proporcional aos montantes contabilizados. "Não investimos necessariamente bem", observam os autores da publicação.

Exemplo notório de maus investimentos é o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), anunciado com estardalhaço em 2007, no início do segundo mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, com a

mobilização de centenas de bilhões de reais e metas ambiciosas. "O PAC foi um programa mal concebido e pior executado, gerando enorme desperdício de recursos", afirmam.

Os investimentos públicos ainda estão sujeitos a forte influência política, diz o estudo. Orçamento secreto, destinações de recursos para áreas de interesse eleitoral de políticos da base governista e mau uso do dinheiro público dão a dimensão das mudanças necessárias para fazer o investimento público render aquilo que o contribuinte tem o direito de esperar. Para alcançar o volume de investimentos necessário será preciso planejamento adequado e, para garantir sua correta destinação, é preciso criar formas de controle e acompanhamento mais rigorosas e eficazes, de modo a conter o desperdício e a corrupção.

A reforma do Estado, que reduza despesas correntes e crie espaço para a ampliação dos investimentos, será essencial.

Trata-se de uma mudança com que todos os cidadãos preocupados com o futuro do País concordam. Mas ela contraria muitos interesses e, por isso, sua aprovação demandará empenho e competência política do futuro presidente da República.

O investimento privado - que já tem peso maior do que o público e deverá ser ainda mais importante - precisará de maior segurança jurídica, estabilidade das regras e fiel obediência a elas. Atraí-lo exigirá também o rompimento do que a Carta de Infraestrutura chama de "véu de incerteza" que encobre o País e que foi tecido pela destruição da reputação do Brasil em decorrência das más políticas do governo Bolsonaro no campo diplomático e na área ambiental.

A tarefa é certamente complexa.

Mas é possível mudar para assegurar os investimentos em infraestrutura de que o País necessita.

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Custo eleitoral da inflação faz Bolsonaro demitir ministro de Minas e Energia



Bolsonaro em Maringá (PR): presidente participou de motociata com apoiadores durante visita à cidade

**LAURIBERTO POMPEU BRASÍLIA | COLABORARAM
ADRIANA FERRAZ, BÁRBARA NASCIMENTO, CÍCERO
COTRIM, GUSTAVO QUEIROZ E RUBENS ANATER**

A alta da **inflação**, pressionada pelo aumento do preço dos combustíveis, levou à queda do 16.º ministro do governo Jair Bolsonaro no momento em que a maior preocupação do brasileiro é com a economia.

O potencial efeito da escalada do custo de vida na corrida pelo Palácio do Planalto virou o maior desafio até o momento para o presidente na busca pela reeleição. Agora extitular de Minas e Energia, Bento Albuquerque foi substituído por Adolfo Sachsida, homem de confiança do ministro da Economia, Paulo Guedes.

Pesou também para a dispensa o caso do "Centrãoduto", revelado pelo Estadão.

Trata-se de articulação no Congresso para destinar R\$ 100 bilhões a uma espécie de fundo para a construção de uma rede de gasodutos em favor do empresário Carlos Suarez, o "S" da empreiteira OAS, e sócios.

A saída de Albuquerque se deu no mesmo dia em que a **inflação** oficial foi anunciada.

Em abril, o índice chegou a 1,06% e, no acumulado de 12 meses, fechou em 12,13%. Pesquisa da Genial/Quaest divulgada ontem mostrou que a economia aflige 50% dos eleitores - 14% disseram outros problemas e 13% citaram a pandemia.

Bolsonaro tentou minimizar os efeitos da alta dos preços e não tratou em público da saída de Albuquerque. "Apesar de a **inflação** estar alta no

Brasil, bem como a questão dos combustíveis, na nossa terra os efeitos são menores", disse ele durante visita à 48.ª Expoingá, em Maringá (PR). "Você sabem que, pior que uma ameaça externa, é uma ameaça interna de "comunização" do nosso país", afirmou a apoiadores.

Na semana passada, o presidente afirmou que o lucro trimestral de R\$ 44,5 bilhões da Petrobras, que reajusta os preços conforme a cotação internacional do petróleo, era "um estupro".

Segundo ele, a empresa quebraria o País. Ontem, Sachsida anunciou que pedirá estudos para privatizar a Petrobras.

Os indicadores frearam a recuperação de Bolsonaro nas pesquisas, segundo analistas.

Ontem, a Genial/Quaest mostrou que o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) mantém a liderança, com 46% - dois pontos a mais que há um mês -, enquanto Bolsonaro se mantém com 29%. Na semana passada, pesquisa Ipespe também apontou estagnação. "A economia é atualmente o principal obstáculo para uma recuperação mais significativa do presidente", disse o cientista político Antonio Lavareda, especialista em marketing político.

Ex-presidente do Banco Central, Armínio Fraga afirmou que a última vez que a **inflação** preocupou em um ano eleitoral foi em 2002, quando Lula foi eleito pela primeira vez. Ficou em 12,53% ao fim do ano. Para ele, contudo, a situação hoje é delicada.

"Em 2002 houve choque de confiança. Havia um receio enorme do que o PT faria no poder.

Hoje é diferente, porque a situação fiscal é muito frágil."

CENTRÃODUTO.

Albuquerque era contra a proposta de bancar os gasodutos com recursos do Tesouro. Apesar de resistir ao projeto como havia sido apresentado no Congresso, ele autorizou as negociações para garantir que a construção dos dutos de gás se tornasse realidade, em condições de mercado.

A aproximação do ministro com políticos do Centrão que defendiam o gasto público, porém, provocou desconfianças no Planalto e na equipe econômica de que ele acabaria cedendo ao plano original.

Como mostrou o Estadão, a Casa Civil comandada por Ciro Nogueira chegou a discutir a edição de uma medida provisória para tornar viável o "Centrãoduto", caso o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), não conseguisse aprovar um jabuti - emenda estranha ao projeto original - com essa finalidade.

Lira é aliado de Nogueira.

Bolsonaro não gostou de saber pelo jornal que essa operação estava sendo montada por Nogueira com aval de técnicos do ministério de Albuquerque.

O presidente é conhecido pelo estilo "quem manda sou eu".

Técnicos de Minas e Energia e da Economia se reuniram na Casa Civil, há duas semanas, para discutir como viabilizar o negócio.

Na ocasião, integrantes da equipe econômica se manifestaram novamente contra a operação. O episódio foi a gota d'água para a demissão de Albuquerque, que já vinha sofrendo críticas.

Ameaça Presidente Jair Bolsonaro disse ontem que a ameaça maior hoje para o Brasil é a "comunicação"

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

PSDB, MDB e Cidadania afirmam que pesquisas vão definir candidato único

GUSTAVO QUEIROZ PEDRO VENCESLAU | MATHEUS DE SOUZA

Os presidentes do PSDB, do MDB e do Cidadania deram uma sobrevida ao projeto de unificar os partidos da terceira via ao anunciar, ontem, que o nome do candidato que irá liderar a chapa na disputa pelo Palácio do Planalto será definido a partir da análise conjunta de pesquisas quantitativas e qualitativas de opinião encomendadas pelas legendas. A proposta foi debatida em reunião em Brasília, com participação de Baleia Rossi (MDB), Bruno Araújo (PSDB) e Roberto Freire (Cidadania).

Na prática, o novo critério de escolha prorroga o prazo inicial de 18 de maio para o anúncio do candidato do grupo. Hoje são considerados pré-candidatos ao Planalto a senadora Simone Tebet (MDB-MS) e o ex-governador de São Paulo João Doria (PSDB). A expectativa dos dirigentes é que processo seja concluído próximo às convenções, que devem ocorrer entre o fim de julho e a primeira semana de agosto.

O formato ainda precisa ser submetido ao crivo dos demais dirigentes dos três partidos e dos pré-candidatos. No entanto, as siglas afirmaram, em nota, que decisão final será das "instâncias partidárias", o que amplia pressão sobre Doria.

Diferente de Simone, que tem o apoio integral de Baleia Rossi e consolidou maioria nos diretórios da legenda, o ex-governador paulista enfrenta resistência na bancada tucana e rompeu com Bruno Araújo, que foi retirado da coordenação da pré-campanha.

O entorno de Doria assiste aos movimentos dos caciques partidários com apreensão. Os critérios são considerados por eles vagos. Tucanos avaliam ser, no mínimo, simbólico que a sugestão tenha partido do MDB, que não abre mão da pré-candidatura de Simone Tebet.

A bancada tucana já deu aval a Bruno Araújo na negociação com MDB pela escolha do representante da terceira via.

Aliados do ex-governador, porém, dizem que Doria venceu as prévias internas no ano passado e, portanto, tem a prerrogativa de decidir se continua ou não na disputa. Com base no estatuto do PSDB, o

grupo do tucano paulista argumenta que pode recorrer ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE) para garantir a candidatura de Doria ao Planalto.

SURPRESA.

A reunião dos presidentes dos três partidos pegou o grupo de Doria de surpresa.

O ex-governador, que está em Nova York cumprindo agenda com investidores, não quis comentar a proposta.

A decisão dos presidentes dos partidos da terceira via será tema de uma reunião virtual, marcada para hoje, da executiva nacional do PSDB. Aliados de Doria querem esclarecimentos sobre os critérios e métricas da pesquisa qualitativa, uma vez que o ex-governador aparece em melhor posição que Simone nas pesquisas quantitativas.

Apesar do descompasso com Araújo, os doristas acreditam que a prorrogação do prazo dá tempo ao tucano para ganhar terreno nas pesquisas e reduzir as resistências.

Ciro reage a investida de Lula e reafirma candidatura "até o fim"

O pré-candidato do PDT à Presidência da República, **Ciro Gomes**, divulgou ontem um vídeo nas redes sociais para reafirmar que manterá sua candidatura "até o fim".

"E vencerei no 2º turno", diz.

O pedetista argumentou que, sem sua candidatura, a polarização aumentaria no momento em que o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) estagnou e Jair Bolsonaro (PL) se sustenta nas pesquisas de intenção de votos para a Presidência.

"Se não fosse assim, por que um presidente que não governa, que não consegue controlar a **inflação**, o desemprego, a corrupção, a fome e a **miséria** se mantém competitivo?"

Unicamente porque a sombra de Lula e do petismo obscurecem o cenário".

A manifestação ocorre um dia depois de o Estadão revelar que Lula entrou pessoalmente nas articulações com o objetivo de atrair o PDT para a aliança em torno de sua candidatura, aumentando a pressão para que Ciro desista da disputa.

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Otimismo num cenário incerto (Editorial)



A alta das vendas do varejo em março foi o terceiro resultado mensal positivo consecutivo, e levou o volume vendido a ficar 2,6% acima do nível de fevereiro de 2020.

Também o setor de serviços já opera em ritmo bem superior ao observado antes da pandemia. A taxa de desocupação se estabilizou num nível inferior ao observado até meados do ano passado. Dados como esses, aferidos mensalmente pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), mostram um cenário melhor do que se podia esperar no início do ano.

Nesse quadro menos sombrio, a pandemia parece ter desaparecido do horizonte de boa parte dos analistas.

Assim, projeções para o desempenho da economia vão subindo, como mostram as pesquisas semanais do Banco Central com a média das avaliações das instituições financeiras. Não faz muito tempo, não eram raras as projeções de queda do Produto Interno Bruto (**PIB**) em 2022. A média das projeções vem subindo e, depois de ficar abaixo de 0,5% em boa parte do ano, agora se aproxima de 1%.

Seria bom se esse cenário se consolidasse e, nos próximos meses, fosse adornado por mais indicadores positivos que apontassem para uma recuperação mais rápida e sustentada da atividade econômica.

Além dos dados animadores, porém, há outros que recomendam precaução nas projeções. O primeiro

deles é a **inflação**, que na prévia para abril alcançou 1,73%, com o que o resultado acumulado de 12 meses chegou a 12,03%. É para conter esse vigor inflacionário que o Comitê de Política Monetária (Copom) vem elevando a taxa Selic, o juro básico da economia. Em sua mais recente reunião a aumentou de 11,75% para 12,75%. No início do ano passado, a Selic estava em 2%.

O endurecimento da política monetária afetará o desempenho da economia nos próximos meses. Consumidores serão em alguma medida desestimulados a tomar empréstimos para fazer compras de bens de maior valor, empresas igualmente tenderão a recorrer menos a financiamentos bancários. A inadimplência já está alta e poderá aumentar. O desempenho da economia, assim, poderá não ser tão animador como hoje se projeta.

A taxa de desocupação, embora tenha caído do pico de 14,9%, observado no início do ano passado, para 11,1% nas pesquisas mais recentes divulgadas pelo IBGE, continua alta. E a renda real média do trabalho é 8,6% menor do que a de um ano antes.

A política fiscal, marcada por arduas manobras orçamentárias do Executivo e estimuladas pelo Congresso, gera dúvidas que o clima eleitoral tenderá a acentuar. Não há sinais de que, por esse lado, possa haver melhora neste ano.

No plano internacional, de onde provêm pressões inflacionárias, também não há razões para esperar mudanças positivas. A guerra na Ucrânia continua a impulsionar preços de importantes itens do comércio mundial e que afetam o Brasil, como petróleo, trigo, milho e fertilizantes. E a atividade econômica mundial está em desaceleração.

Não sem razão, "incerteza" é uma palavra repetida várias vezes na ata da última reunião do Copom.

Ser otimista diante de tantas incertezas requer alguma dose de prudência.

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Sem estímulo, continuará difícil formar cientistas no País

Se sem ciência não se tem progresso, sem dinheiro não se tem ciência. Apesar de os dados mostrarem que tecnologia, educação e inovação são os grandes chamarizes de riqueza, o Brasil tem diminuído o investimento em ciência e, conseqüentemente, na produção desses ativos.

Atualmente, o País investe apenas 1% do seu Produto Interno Bruto (**PIB**) em ciência, bem abaixo do nível de países desenvolvidos, como os Estados Unidos e a Alemanha, que se aproximam de 3%. As conseqüências são visíveis na queda dos recursos destinados a bolsas e, logo, no número de bolsistas de iniciação científica, mestrado e doutorado. Duas das principais agências de fomento, a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes, ligada ao Ministério da Educação) e o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq, uma entidade ligada ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações para incentivo à pesquisa no Brasil) reduziram o número de bolsas em cerca de 20%.

BOLSA E NECESSIDADE. Professor nos cursos de Exatas da Universidade Federal da ABC (UFABC), o físico Guilherme Brockington tem dificuldade em incentivar os alunos da graduação ao primeiro passo no caminho de se tornar um cientista.

"A bolsa de iniciação científica (para jovens ainda na graduação) é de R\$ 400. Como em um centro como São Paulo a gente consegue que o jovem se dedique horas por semana para isso?", indaga. "Temos vários alunos brilhantes, mas que precisam levar dinheiro para casa, e recebem ofertas de estágio muito mais atraentes.

Como ele vai fazer pesquisa se o banco paga R\$ 5 mil para ele fazer tabela de Excel?" Quem já está na pós-graduação também amarga tempos difíceis, com as bolsas congeladas há nove anos. O valor pago pela de mestrado é de R\$ 1.500 e pela de doutorado, de R\$ 2.200. A **inflação** medida pelo IPCA (índice oficial) acumula 63,47% de alta desde 2013 - data do reajuste anterior. Em 1995, a bolsa de mestrado tinha um valor que hoje corresponde a R\$ 4.287,00 e a de doutorado seria de R\$ 6.353,00.

"Ninguém quer ser cientista com a intenção de ficar rico. As pessoas entram na carreira científica porque

acreditam que o conhecimento pode transformar a realidade, pode contribuir para o desenvolvimento do País. Mas é preciso ter dignidade neste trabalho", argumenta Flávia Calé, da Associação Nacional de Pós-Graduandos (ANPG). "A pandemia pode instigar mais gente a seguir o caminho da ciência.

Quem não se emocionou com a descoberta da vacina? Mas a melhor forma de estimular que os talentos sigam para a ciência é valorizar a carreira científica."

"Ninguém quer ser cientista com a intenção de ficar rico. Mas é preciso ter dignidade neste trabalho."

Flávia Calé Associação Nacional de Pós-Graduandos (ANPG)

Saiba mais

Número de titulados em queda preocupa

Por que investir?

O número de pessoas que podem fazer a diferença na ciência está em queda. Em 2019, havia 15.940 mestres profissionais, 54.131 mestres acadêmicos e 24.422 doutores, conforme o Anuário Estatístico da USP. Em 2020, passaram a 13.979, 46.060 e 20.066, respectivamente.

E qual é o ganho econômico?

Conforme estudo da Levy Economics Institute, de 2017, a cada 1% do **PIB** de investimentos em Pesquisa e Desenvolvimento, pode-se ter um retorno de 9,92%.

Em São Paulo, cada R\$ 1 investido em educação e pesquisa na agropecuária paulista se converte em R\$ 10 a R\$ 12. Estudo de 2019 sobre a Embrapa também é animador: cada R\$ 1 investido leva a R\$ 12 retornados.

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

'Aumento da fome no Brasil é inadmissível'

Lucianne Carneiro Do Rio

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187214

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187214

Inflação em 12 meses segue persistentemente acima de dois dígitos

Análise Sergio Lamucci São Paulo

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187214

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187214

O preço a ser pago pelo desespero bolsonarista - MARIA CRISTINA FERNANDES

MARIA CRISTINA FERNANDES

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187214

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187214